Demonstrações Financeiras Individuais

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

31 de dezembro de 2020 com relatório do auditor independente

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2020

,		
ını	NI.	\sim

_
3
.9
11
12
13
14
16
1



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores da **Notre Dame Intermédica Saúde S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisões para eventos ocorridos e não avisados - Peona

A Companhia possui passivos relacionados a eventos ocorridos e não avisados que, conforme mencionado na nota explicativa 20, requerem a constituição de uma provisão baseada em nota técnica atuarial através da estimativa de eventos/sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente. O cálculo atuarial é baseado no histórico de notificações recebidas dos prestadores de serviços, que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos de saúde recebidos até a data do balanço, conforme estabelecido pela Resolução Normativa 393/2015, alterada pela Resolução Normativa 442/2018, e emitidas pela Agência Nacional de Saúde ("ANS").

Consideramos este um assunto relevante de auditoria devido à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas complexas de longo prazo e altamente subjetivas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o auxílio de nossos especialistas atuários, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela administração na avaliação das obrigações atuarias decorrentes da Peona, verificando a exatidão matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, testes das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas à Peona.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a Peona, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação de redução ao valor recuperável ("impairment") do ágio ("goodwill") registrado

Conforme descrito na nota explicativa 19, em 31 de dezembro de 2020 os ativos da Companhia contemplavam o reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições de diversas entidades no montante de R\$1.917.105 mil. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil. A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança.



Devido à relevância do valor do ágio, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação para auxílio nas análises sobre as projeções de resultados e avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado. Também, efetuamos testes sobre essas projeções, que incluíram, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria e cenário econômico financeiro do ambiente nacional, bem como avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas; e iii) análise do uso de método de avaliação e de informações externas.

Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação à avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

O processamento das transações da Companhia é dependente da sua estrutura de tecnologia para o desenvolvimento de suas operações e para a continuidade de seus processos de negócios.

A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras e, por esse motivo, consideramos essa área significativa para nossa auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

No contexto de nossa auditoria, com o auxílio dos nossos especialistas, aplicamos procedimentos de avaliação do ambiente de tecnologia da informação da Companhia, incluindo a avaliação da implementação e eficácia operacional dos controles automatizados dos sistemas aplicativos, tendo sido identificadas deficiências relacionadas ao processo de gestão de acessos e mudanças das aplicações de TI relacionadas.



As deficiências no desenho e na operação dos controles internos relativos aos controles gerais de tecnologia alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências suficientes e adequadas de auditoria. Nossos testes do desenho e da operação dos controles gerais de TI e dos controles de aplicativos considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2021.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6

Emerson Pompeu Bassetti Contador CRC-1SP251558/O-0

Jum:

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

			de dezembro de
•••	Notas	2020	2019
Ativo		. =	0.074.500
Circulante		3.734.933	2.374.529
Disponível	7	1.551.165	144.561
Realizável	_	2.183.768	2.229.968
Aplicações financeiras	8	848.268	1.192.138
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		848.268	653.691
Aplicações livres		-	538.447
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	9	322.037	217.361
Contraprestações pecuniárias a receber		210.187	208.441
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis		6.844	8.823
Operadoras de planos de assistência à saúde		1.122	97
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		103.884	-
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	9	183.649	198.044
Despesas diferidas	10	234.578	186.085
Créditos tributários e previdenciários	11	65.536	82.051
Bens e títulos a receber	12	524.367	345.766
Despesas antecipadas		5.333	8.523
Não circulante		7.294.193	6.080.144
Realizável a longo prazo		2.424.604	1.943.650
Titulos e créditos a receber	13	17.679	19.664
Despesas de comercialização diferidas	10	229.558	178.748
Ativo fiscal diferido	14	488.495	440.826
Depósitos judiciais e fiscais	15	635.841	411.422
Outros créditos a receber a longo prazo	16	1.053.031	892.990
Investimentos	17	943.879	1.074.699
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		943.868	1.074.688
Participações societárias - Operadora de planos de assistência à saúde		504.553	333.435
Participações societárias em rede assistencial		439.315	587.379
Participações em outras sociedades		-	153.874
Outros investimentos		11	11
Imobilizado	18	1.681.421	1.434.016
Imóveis de uso próprio		982.644	461.366
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos	_	962.469	384.206
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		20.175	77.160
Imobilizado de uso próprio		304.739	707.674
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos	-	277.514	195.087
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		27.225	512.587
Imobilizações em curso		338.294	224.367
Outras imobilizações		55.744	40.609
Intangível	19	2.244.289	1.627.779
······································		11.029.126	8.454.673

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Notas	31 c	le dezembro de
		2020	2019
Passivo	· <u></u>		
Circulante		2.028.922	1.911.216
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	20	1.028.769	946.077
Provisão de contraprestações		122.787	104.097
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	·	121.589	103.643
Provisão para remissão		1.198	454
Provisão de eventos liquidar para SUS		162.134	163.748
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		413.378	396.119
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		330.470	282.113
Débitos de operações de assistência à saúde		20.365	17.809
Contraprestações / prêmios a restituir		303	130
Receita antecipada de contraprestações / prêmios		12.253	13.242
Comercialização sobre operações		7.799	4.415
Operadoras de planos de assistência à saúde		10	22
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora		11.425	1.739
Provisões		53.061	51.128
Provisões para imposto de renda e contribuição social	·	53.061	51.128
Tributos e encargos sociais a recolher	21	473.274	341.315
Empréstimos e financiamentos a pagar	23	24.797	220.886
Débitos diversos	22	417.231	332.262
Não circulante		3.389.636	2.603.362
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	20	500.760	342.305
Provisão para remissão		1.216	672
Provisão de eventos a liquidar para SUS		499.544	341.633
Provisões		1.025.181	935.768
Provisões para tributos diferidos	14	227.142	115.230
Provisões para ações judiciais	24	798.039	820.538
Tributos e encargos sociais a recolher		46.979	26.979
Parcelamento de tributos e contribuições	_	46.979	26.979
Empréstimos e financiamentos a pagar	23	1.115.522	798.117
Débitos diversos	22	701.194	500.193
Patrimônio líquido	25	5.610.568	3.940.095
Capital social		3.357.225	2.457.225
Reservas:		2.253.343	1.482.870
Reservas de capital		46.928	46.928
Reserva legal		158.115	117.218
Reservas de lucros		2.048.300	1.318.724
Total do passivo e do patrimônio líquido	_	11.029.126	8.454.673

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

	Notas	31	1 de dezembro de
		2020	2019
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	_	8.835.851	6.527.395
Receitas com operações de assistência à saúde	_	9.099.955	6.704.707
Contraprestações líquidas	26	9.101.243	6.704.937
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(1.288)	(230)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora		(264.104)	(177.312)
Eventos indenizáveis líquidos	27	(6.235.152)	(4.813.074)
Eventos conhecidos ou avisados	_	(6.201.253)	(4.780.293)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		(33.899)	(32.781)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		2.600.699	1.714.321
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		2.277	4.656
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora	28	392.997	506.507
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		368.909	476.867
Outras receitas operacionais		24.088	29.640
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(24.294)	(30.977)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde	_	(95.883)	(53.195)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	29	(86.606)	(80.118)
Provisão para perdas sobre créditos		(9.277)	26.923
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora	30	(278.618)	(276.370)
Resultado bruto		2.597.178	1.864.942
Despesas de comercialização	31	(524.498)	(379.927)
Despesas administrativas	32	(789.934)	(671.409)
Resultado financeiro líquido	33	(38.822)	14.954
Receitas financeiras	_	97.980	138.576
Despesas financeiras		(136.802)	(123.622)
Resultado patrimonial		7.121	37.922
Receita patrimonial		116.384	70.709
Despesa patrimonial		(109.263)	(32.787)
Resultado antes dos impostos e participações	_	1.251.045	866.482
Imposto de renda	14	(251.993)	(147.022)
Contribuição social	14	(89.154)	(53.555)
Impostos diferidos	14 _	(91.955)	(56.259)
Resultado líquido do período	_	817.943	609.646
Quantidade de ações		1.063.635.111	1.063.635.111
Lucro líquido por ação do período – R\$		0,417	0,573

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

		31 de dezembro de
	2020	2019
Resultado líquido do exercício	817.943	609.646
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	817.943	609.646

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

			Reservas	Rese	rvas de lucros	Lucros	
	Notas	Capital social	de capital	Legal	Estatutária	acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.093.355	46.928	86.736	851.725	-	2.078.744
Aumento de capital	24.a	1.363.870	-	-	-	-	1.363.870
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	609.646	609.646
Proposta para destinação do lucro:							
Reserva Legal	24.b	-	-	30.482	-	(30.482)	-
Reserva estatutária	24.b	-	-	-	465.264	(465.264)	-
Incorporação de empresas		-	-	-	1.735	-	1.735
Dividendos distribuidos	24.c	-	-	-	-	(14.400)	(14.400)
Juros sobre capital próprio	24.c	-	-	-	-	(99.500)	(99.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.457.225	46.928	117.218	1.318.724	<u> </u>	3.940.095
Aumento de capital	24.a	900.000	-	-	-	-	900.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	817.943	817.943
Proposta para destinação do lucro:							
Reserva Legal	24.b	_	-	40.897	-	(40.897)	-
Reserva estatutária	24.b	-	-	-	729.576	(729.576)	-
Dividendos distribuidos	24.c	_	-	-	-	(1.770)	(1.770)
Juros sobre capital próprio	24.c	-	-	-	-	(45.700)	(45.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		3.357.225	46.928	158.115	2.048.300		5.610.568

Demonstrações dos fluxos de caixa - (método direto) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	31 de	dezembro de
	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS	0.044.504	0.044.000
Recebimentos de plano de saúde	8.914.521	6.641.668
Resgates de aplicações financeiras	7.056.786	5.548.951
Recebimento de juros de aplicações financeiras	38.341	73.402
Outros recebimentos operacionais	799.686	401.398
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde Pagamento de comissões	(4.961.382) (538.032)	(3.957.697) (394.347)
Pagamento de pessoal	(884.961)	(542.294)
Pagamento de pré-labore	(24.503)	(18.094)
Pagamento de serviços de terceiros	(949.780)	(781.037)
Pagamento de tributos	(1.122.884)	(816.741)
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(283.876)	(136.676)
Pagamento de aluguel	(57.449)	(54.144)
Pagamento de promoção/publicidade	(16.831)	(15.256)
Aplicações financeiras	(6.585.392)	(5.636.577)
Outros pagamentos operacionais	(198.420)	(102.370)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.185.824	210.185
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimento de venda de ativo imobilizado - outros	123	-
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - hospitalar	(150.442)	(116.210)
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	(62.490)	(69.227)
Pagamentos relativos ao ativo intangível	(929)	(1.374)
Pagamento de aquisição de participação em outras empresas	(461.965)	(564.539)
Outros pagamentos das atividades de financiamentos		(30.468)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(675.703)	(781.818)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de Capital em Dinheiro	900.000	300.000
Recebimento de empréstimos/financiamentos	298.200	800.000
Pagamento de juros - emprestimos/financiamentos/leasing	(54.321)	(40.133)
Pagamento de amortização - emprestimos/financiamentos/leasing	(206.781)	(455.199)
Pagamento de Participação nos Resultados	-	-
Outros pagamentos das atividades de financiamentos	(40.615)	(4.090)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	896.483	600.578
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.406.604	28.945
CAIXA - Saldo inicial	144.561	115.616
CAIXA - Saldo final	1.551.165	144.561
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.406.604	28.945
Ativos livres no início do exercício	144.561	115.616
Ativos livres no final do exercício	1.551.165	144.561
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	1.406.604	28.945

Demonstrações dos fluxos de caixa - (método direto) - continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Conciliação entre lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais

	31 de	dezembro de
	2020	2019
Lucro do exercício	817.943	609.646
Depreciação e amortização	138.333	75.184
Receitas com aplicações financeiras	(38.659)	(72.800)
Ajuste a mercado sobre aplicações financeiras	394	(517)
Despesa com variação cambial	(76)	(85)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	12.888	52.332
Perda efetiva com crédito de liquidação duvidosa	81.412	-
Provisão de glosa sobre serviços médicos	2.177	5.402
Amortização despesas de comercializações diferidas	294.362	219.190
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos	433.102	256.836
Atualização monetária depósito judicial	(18.705)	26.945
Atualização monetária contingência	43.042	(8.658)
Equivalência patrimônial	(39.884)	(52.362)
Ajuste valor presente	22	191
Variação provisões técnicas	41.299	35.209
Provisões para ações judiciais	(52.758)	170.236
Juros sobre debêntures e custos de captação	35.799	56.272
Juros sobre empréstimos e financiamentos	8.915	-
Baixa de intangivel	5.405	-
Baixa de imobilizado	4.945	5.182
Outros	16.811	(13.547)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(327.639)	(147.938)
Redução dos ativos	(180.024)	(1.048.469)
Aumento dos passivos	(93.280)	148.345
Caixa gerado nas atividades operacionais	1.185.824	316.594

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Notre Dame Intermédica Saúde S.A.** ("Companhia" ou "Operadora"), empresa controlada pela BCBF Participações S.A. (BCBF), com sede em São Paulo na Avenida Paulista, nº 867 - Bela Vista, Estado de São Paulo, tem como objeto social: (a) a prestação continuada de serviços na forma de Plano Privado de Assistência à Saúde, conforme previsto no inciso I, do artigo 1º, da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998; (b) a prestação de serviços nos campos da medicina, odontologia, hospitalar, e de medicina social e ocupacional, abrangendo a operação de hospitais e centros clínicos próprios; e (c) participação como sócia, acionista ou quotista no capital de outras sociedades.

A Companhia é controladora direta das empresas Hospital São Bernardo S.A, São Lucas Saúde S.A., Hospital e Maternidade Santa Mônica S.A., Incord – Instituto de Neurologia e do Coração de Divinópolis Ltda., Bioimagem Diagnósticos por imagem Ltda. e indireta das empresas, SMV-Serviços Médicos Ltda., São Lucas Serviços Médicos Ltda. e Clínica São Lucas Ltda., que são entidades de capital fechado, reguladas ou não pela Agência Nacional de Saúde – ANS e têm por objeto social a prestação de serviços hospitalares destinados a tratamentos médico-cirúrgicos em geral, odontológico e atividades afins, conexas e correlatas.

2. Reestruturações societárias

A Companhia por meio do seu plano estratégico de contínuo crescimento e expansão por meio de aquisições e reestruturação societária, com o objetivo de racionalizar e unificar as atividades administrativa, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional, realizou os seguintes eventos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

a) Cessão de quotas - Grupo Ghelfond

Em 1º de janeiro de 2020, foi aprovado a cessão de 100% das quotas das empresas: C&M Associados Serviços Médicos Ltda., Ultra Diagnóstico Ltda., Slim Bem Estar e Saúde Clínica Ltda., Dr. Ghelfond Diagnóstico Médico Ltda., Instituto Tomográfico de Guarulhos Ltda. e 43,8% da Ecoimagem Diagnóstico por Ultra Som Ltda., da controlada direta Ghelfond Participações S.A. e da controlada indireta Dr. Ghelfond Diagnóstico Médico Ltda para a Companhia, totalmente integralizada, com tudo que ela representa, livre e desembaraçada de quaisquer ônus e/ou encargos de qualquer natureza.

Em 1º de junho de 2020, foi aprovado a cessão de 100% das quotas das empresas: Ecoimagem Diagnóstico por Ultra Som Ltda. e Medix Diagnósticos Médicos Ltda., da Controladora direta BCBF Participações S.A., para a Companhia, totalmente integralizada, com tudo que ela representa, livre e desembaraçada de quaisquer ônus e/ou encargos de qualquer natureza.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

b) Incorporação Belo Dente Odontologia Ltda.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de abril de 2020, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação da Belo Dente Odontologia Ltda., pela Companhia. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil foi emitido por empresa independente. A incorporação ocorreu em 1º de abril de 2020, com data base 31 de março de 2020. Os saldos incorporados são os seguintes:

	Belo Dente Od	lontologia Ltda.
	Ace	ervo
	Laudo	Incorporado
Ativo		
Circulante	15.584	12.510
Disponível	452	388
Realizável	15.132	12.122
Aplicações financeiras	10.661	7.519
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	5.832	5.745
Aplicações livres	4.829	1.774
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	587	469
Contraprestações pecuniárias a receber	490	469
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	97	-
Despesas diferidas	185	167
Créditos tributários e previdenciários	335	344,00
Bens e títulos a receber	3.364	3.623
Não circulante	2.525	2.814
Realizável a longo prazo	2.389	2.722
Despesas de comercialização diferidas	408	389
Ativo fiscal diferido	587	836
Depósitos judiciais e fiscais	1.386	1.489
Outros créditos a receber a longo prazo	8	8
Imobilizado	136	92
Imóveis de uso próprio	136	-
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos	136	-
Imobilizado de uso próprio	-	92
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos	-	92
Total do ativo	18.109	15.324

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Belo Dente Od	lontologia Ltda.
	Ac	ervo
	Laudo	Incorporado
Passivo		
Circulante	5.220	2.611
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	4.332	1.837
Provisão de eventos liquidar para SUS	60	60
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	2.490	9
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	1.782	1.768
Débitos de operações de assistência à saúde	269	(91)
Receita antecipada de contraprestações / prêmios	28	78
Comercialização sobre operações	241	(169)
Tributos e encargos sociais a recolher	189	209
Débitos diversos	430	656
Não circulante	1.114	1.372
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	217	217
Provisão de eventos a liquidar para SUS	217	217
Provisões	79	85
Provisões para ações judiciais	79	85
Débitos diversos	818	1.070
Patrimônio líquido	11.775	11.341
Capital social	3.800	3.800
Reservas:	7.975	2.288
Reserva legal	564	564
Reservas de lucros	7.411	1.724
Resultado líquido	-	5.253
Total do passivo e do patrimônio líquido	18.109	15.324

c) Incorporação Hospital Nanci Ltda. & Cia e SMEDSJ – Serviços Médicos São José Ltda.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de agosto de 2020, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação das empresas Hospital Nanci & Cia Ltda. e SMEDSJ – Serviços Médicos São José Ltda., pela Companhia. Os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil foram emitidos por empresa independente. A incorporação ocorreu em 3 de agosto de 2020, com data base 31 de julho de 2020. Os saldos incorporados são os seguintes:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Harrier N		3WED33 - 3erv	,
	Hospital N		São Jos	
	Ace		Ace	
Artico	Laudo	Incorporado	Laudo	Incorporado
Ativo	44.005	44.000	40.440	44 400
Circulante Disponível	14.385 179	14.263 176	10.440 1.620	<u>11.430</u> 327
•				
Realizável	14.206	14.087	8.820	11.103
Aplicações financeiras	2.000	2.093	7.515	9.909
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	1.969	2.062	6.787	6.798
Aplicações livres	31	31	728	3.111
Créditos de operações com planos de assistência à saúde			927	829
Contraprestações pecuniárias a receber		-	927	829
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	5.980	5.139	-	-
Créditos tributários e previdenciários	4.197	4.197	141	142
Bens e títulos a receber	2.029	2.658	237	223
Não circulante	20.338	7.076	6.253	6.618
Realizável a longo prazo	6.711	6.324	6.253	6.618
Ativo fiscal diferido	3.649	3.250	3.132	3.115
Depósitos judiciais e fiscais	632	655	1.400	1.460
Outros créditos a receber a longo prazo	2.430	2.419	1.721	2.043
lmobilizado	12 627	752		
Outras imobilizações	13.627 13.627	752		
Total do ativo	34.723	21.339	16.693	18.048
		Nanci Ltda. ervo		ervo
Passivo	Laudo	Incorporado	Laudo	Incorporado
Passivo Circulante	Laudo	Incorporado	Laudo	Incorporado
Circulante			Laudo 10.921	Incorporado 9.350
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	Laudo	Incorporado 11.374	10.921 9.030	9.350 7.578
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações	Laudo 11.627	Incorporado 11.374	10.921 9.030 2.716	9.350 7.578 2.626
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	Laudo 11.627	Incorporado 11.374	10.921 9.030 2.716 2.716	9.350 7.578 2.626 2.626
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG) Provisão de eventos liquidar para SUS	Laudo 11.627	Incorporado 11.374	10.921 9.030 2.716 2.716 3.302	9.350 7.578 2.626 2.626 2.157
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG) Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	Laudo 11.627	Incorporado 11.374	10.921 9.030 2.716 2.716 3.302 1.278	9.350 7.578 2.626 2.626 2.157 1.025
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG) Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	Laudo 11.627	Incorporado 11.374	10.921 9.030 2.716 2.716 3.302 1.278 1.734	9.350 7.578 2.626 2.626 2.157
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG) Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) Débitos de operações de assistência à saúde	11.627	Incorporado 11.374	10.921 9.030 2.716 2.716 3.302 1.278 1.734 9	9.350 7.578 2.626 2.626 2.157 1.025
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG) Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais Provisão para eventos cocrridos e não avisados (PEONA) Débitos de operações de assistência à saúde Receita antecipada de contraprestações / prêmios	Laudo 11.627	11.374 	10.921 9.030 2.716 2.716 3.302 1.278 1.734 9	9.350 7.578 2.626 2.626 2.157 1.025 1.770
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG) Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) Débitos de operações de assistência à saúde	11.627	Incorporado 11.374	10.921 9.030 2.716 2.716 3.302 1.278 1.734 9	9.350 7.578 2.626 2.626 2.157 1.025
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG) Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) Débitos de operações de assistência à saúde Receita antecipada de contraprestações / prêmios Tributos e encargos sociais a recolher Débitos diversos	Laudo 11.627	11.374 	10.921 9.030 2.716 2.716 3.302 1.278 1.734 9 9 488 1.394	9.350 7.578 2.626 2.626 2.157 1.025 1.770 - 506 1.266
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG) Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) Débitos de operações de assistência à saúde Receita antecipada de contraprestações / prêmios Tributos e encargos sociais a recolher Débitos diversos Não circulante	Laudo 11.627	11.374 	Laudo 10.921 9.030 2.716 2.716 3.302 1.278 1.734 9 488 1.394 6.943	9.350 7.578 2.626 2.626 2.157 1.025 1.770 - 506 1.266 8.028
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG) Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) Débitos de operações de assistência à saúde Receita antecipada de contraprestações / prêmios Tributos e encargos sociais a recolher Débitos diversos Não circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	Laudo 11.627	11.374 	10.921 9.030 2.716 2.716 3.302 1.278 1.734 9 9 488 1.394	9.350 7.578 2.626 2.626 2.157 1.025 1.770 - 506 1.266 8.028 1.149
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG) Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) Débitos de operações de assistência à saúde Receita antecipada de contraprestações / prêmios Tributos e encargos sociais a recolher Débitos diversos Não circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisões tecnicas de operações de assistência à saúde Provisões de eventos a liquidar para SUS	11.627	11.374 	10.921 9.030 2.716 2.716 3.302 1.278 1.734 9 9 488 1.394 6.943	9.350 7.578 2.626 2.626 2.157 1.025 1.770 - 506 1.266 8.028 1.149
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG) Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) Débitos de operações de assistência à saúde Receita antecipada de contraprestações / prêmios Tributos e encargos sociais a recolher Débitos diversos Não circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisões tecnicas de operações de assistência à saúde Provisões	Laudo 11.627	11.374 	Laudo 10.921 9.030 2.716 2.716 3.302 1.278 1.734 9 488 1.394 6.943	9.350 7.578 2.626 2.626 2.157 1.025 1.770 - 506 1.266 8.028 1.149
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações Provisão de contraprestações Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) Débitos de operações de assistência à saúde Receita antecipada de contraprestações / prêmios Tributos e encargos sociais a recolher Débitos diversos Não circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de eventos a liquidar para SUS Provisões Provisões para tributos diferidos	11.627	11.374	10.921 9.030 2.716 2.716 3.302 1.278 1.734 9 488 1.394 6.943	9.350 7.578 2.626 2.626 2.157 1.025 1.770 - 506 1.266 8.028 1.149 6.879
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG) Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) Débitos de operações de assistência à saúde Receita antecipada de contraprestações / prêmios Tributos e encargos sociais a recolher Débitos diversos Não circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisões tecnicas de operações de assistência à saúde Provisões para tributos diferidos Provisões para ações judiciais	11.627	11.374	10.921 9.030 2.716 2.716 3.302 1.278 1.734 9 9 488 1.394 6.943	9.350 7.578 2.626 2.626 2.157 1.025 1.770 - 506 1.266 8.028 1.149
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG) Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) Débitos de operações de assistência à saúde Receita antecipada de contraprestações / prêmios Tributos e encargos sociais a recolher Débitos diversos Não circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de eventos a liquidar para SUS Provisões para tributos diferidos Provisões para ações judiciais Tributos e encargos sociais a recolher	11.627	11.374	10.921 9.030 2.716 2.716 3.302 1.278 1.734 9 488 1.394 6.943	9.350 7.578 2.626 2.626 2.157 1.025 1.770 - 506 1.266 8.028 1.149 6.879
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG) Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) Débitos de operações de assistência à saúde Receita antecipada de contraprestações / prêmios Tributos e encargos sociais a recolher Débitos diversos Não circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisões tecnicas de operações de assistência à saúde Provisões para tributos diferidos Provisões para tributos diferidos Provisões para ações judiciais Tributos e encargos sociais a recolher Parcelamento de tributos e contribuições	11.627	11.374	10.921 9.030 2.716 2.716 3.302 1.278 1.734 9 488 1.394 6.943	9.350 7.578 2.626 2.626 2.157 1.025 1.770 - 506 1.266 8.028 1.149 6.879
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG) Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) Débitos de operações de assistência à saúde Receita antecipada de contraprestações / prêmios Tributos e encargos sociais a recolher Débitos diversos Não circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de eventos a liquidar para SUS Provisões para tributos diferidos Provisões para ações judiciais Tributos e encargos sociais a recolher	11.627	11.374	10.921 9.030 2.716 2.716 3.302 1.278 1.734 9 488 1.394 6.943	9.350 7.578 2.626 2.626 2.157 1.025 1.770 - 506 1.266 8.028 1.149 6.879
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) Débitos de operações de assistência à saúde Receita antecipada de contraprestações / prêmios Tributos e encargos sociais a recolher Débitos diversos Não circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisões para tributos diferidos Provisões para tributos diferidos Provisões para ações judiciais Tributos e encargos sociais a recolher Parcelamento de tributos e contribuições	11.627	11.374	Laudo 10.921 9.030 2.716 2.716 3.302 1.278 1.734 9 9 488 1.394 6.943 - 6.943 - 6.943 - (1.171)	9.350 7.578 2.626 2.626 2.157 1.025 1.770 506 1.266 8.028 1.149 6.879 6.879 670
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG) Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) Débitos de operações de assistência à saúde Receita antecipada de contraprestações / prêmios Tributos e encargos sociais a recolher Débitos diversos Não circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisões para tributos diferidos Provisões para ações judiciais Tributos e encargos sociais a recolher Parcelamento de tributos e contribuições Débitos diversos	11.627	11.374	Laudo 10.921 9.030 2.716 2.716 3.302 1.278 1.734 9 488 1.394 6.943 - 6.943 - 6.943	9.350 7.578 2.626 2.626 2.157 1.025 1.770 - 506 1.266 8.028 1.149 6.879 - 6.879
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) Débitos de operações de assistência à saúde Receita antecipada de contraprestações / prêmios Tributos e encargos sociais a recolher Débitos diversos Não circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisões para tributos diferidos Provisões para tributos diferidos Provisões para ações judiciais Tributos e encargos sociais a recolher Parcelamento de tributos e contribuições Débitos diversos	11.627	11.374	Laudo 10.921 9.030 2.716 2.716 3.302 1.278 1.734 9 9 488 1.394 6.943 - 6.943 - 6.943 - (1.171)	9.350 7.578 2.626 2.626 2.157 1.025 1.770 506 1.266 8.028 1.149 6.879 6.879
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais Provisão de aventos cocrridos e não avisados (PEONA) Débitos de operações de assistência à saúde Receita antecipada de contraprestações / prêmios Tributos e encargos sociais a recolher Débitos diversos Não circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisões para tributos diferidos Provisões para ações judiciais Tributos e encargos sociais a recolher Parcelamento de tributos e contribuições Débitos diversos	11.627	11.374	Laudo 10.921 9.030 2.716 2.716 3.302 1.278 1.734 9 9 488 1.394 6.943 - 6.943 - (1.171) 4.521	100 9.350 7.578 2.626 2.626 2.157 1.025 1.770
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) Débitos de operações de assistência à saúde Receita antecipada de contraprestações / prêmios Tributos e encargos sociais a recolher Débitos diversos Não circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisões para tributos diferidos Provisões para tributos diferidos Provisões para ações judiciais Tributos e encargos sociais a recolher Parcelamento de tributos e contribuições Débitos diversos Patrimônio líquido Capital social Reservas:	11.627	11.374	Laudo 10.921 9.030 2.716 2.716 3.302 1.278 1.734 9 9 488 1.394 6.943 - 6.943 - (1.171) 4.521 5.592	9.350 7.578 2.626 2.626 2.157 1.025 1.770
Circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisão de contraprestações Provisão de eventos liquidar para SUS Provisão de eventos liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais Provisão para eventos cocrridos e não avisados (PEONA) Débitos de operações de assistência à saúde Receita antecipada de contraprestações / prêmios Tributos e encargos sociais a recolher Débitos diversos Não circulante Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisões para tributos diferidos Provisões para tributos diferidos Provisões para ações judiciais Tributos e encargos sociais a recolher Provisões para ações judiciais Tributos e encargos sociais a recolher Parcelamento de tributos e contribuições Débitos diversos Patrimônio líquido Capital social Reservas: Reservas de Reavaliação	11.627	11.374	Laudo 10.921 9.030 2.716 2.716 3.302 1.278 1.734 9 9 488 1.394 6.943 - 6.943 - (1.171) 4.521 5.592	100 9.350 7.578 2.626 2.626 2.157 1.025 1.770

SMEDSJ - Serviços Médicos

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

d) Incorporação - Ghelfond Participações Ltda, Ultra Diagnóstico Ltda., Instituto Tomográfico de Guarulhos Ltda., Ecoimagem Diagnóstico por Ultra Som Ltda., Medix Diagnóstico Ltda., C & M Associados e Serviços Ltda., Slim Bem Estar e Saúde Clínica Médica Ltda. e Laboratório de Análises Clínicas - Labclin Ltda.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de agosto de 2020, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação das empresas Ghelfond Participações Ltda., Ultra Diagnóstico Ltda., Instituto Tomográfico de Guarulhos Ltda., Ecoimagem Diagnóstico por Ultra Som Ltda., Medix Diagnóstico Ltda., C & M Associados e Serviços Ltda., Slim Bem Estar e Saúde Clínica Médica Ltda. e Laboratório de Análises Clínicas – Labclin Ltda. pela empresa Dr. Ghelfond Diagnóstico Ltda. Os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil foram emitidos por empresa independente. A incorporação ocorreu em 1º de setembro de 2020, com data base 31 de agosto de 2020.

e) Incorporação Dr. Ghelfond Diagnóstico Ltda.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de setembro de 2020, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação da empresa Dr. Ghelfond Diagnóstico Ltda., pela Companhia. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil foi emitido por empresa independente. A incorporação ocorreu em 1º de setembro de 2020, com data base 31 de agosto de 2020. Os saldos incorporados são os seguintes:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Dr. Ghelfond Diagnóstico Ltda. Acervo	
	Laudo	Incorporado
Ativo		
Circulante	13.022	18.548
Disponível	5.105	3.905
Realizável	7.917	14.643
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	2.016	6.689
Créditos tributários e previdenciários	3.077	3.456
Bens e títulos a receber	2.824	4.372
Despesas antecipadas	-	126
Não circulante	119.800	84.596
Realizável a longo prazo	28.877	30.119
Aplicações financeiras	12	12
Aplicações livres	12	12
Titulos e créditos a receber	-	(44)
Ativo fiscal diferido	12.464	11.810
Depósitos judiciais e fiscais	3.073	3.073
Outros créditos a receber a longo prazo	13.328	15.268
Investimentos	22.992	23.379
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	22.992	23.379
Participações societárias em rede assistencial	22.992	23.379
Imobilizado	62.389	26.398
Outras imobilizações	62.389	26.398
Intangível	5.542	4.700
Total do ativo	132.822	103.144

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Dr. Ghelfond Diagnóstico Ltda.	
	Acervo	
	Laudo	Incorporado
Passivo		
Circulante	47.722	51.190
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora	17.459	25
Provisões	449	-
Provisões para imposto de renda e contribuição social	449	
Tributos e encargos sociais a recolher	4.416	6.207
Empréstimos e financiamentos a pagar	15.401	15.863
Débitos diversos	9.997	29.095
Não circulante	91.576	55.147
Provisões	9.704	9.808
Provisões para ações judiciais	9.704	9.808
Tributos e encargos sociais a recolher	9.536	8.195
Parcelamento de tributos e contribuições	9.536	8.195
Empréstimos e financiamentos a pagar	24.988	23.619
Débitos diversos	47.348	13.525
Patrimônio líquido	(6.476)	(3.193)
Capital social	79.986	82.515
Resultado líquido	(86.462)	(85.708)
Total do passivo e do patrimônio líquido	132.822	103.144

f) Incorporação - Ecole Serviços Médicos Ltda.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de outubro de 2020, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação da Ecole Serviços Médicos Ltda., pela Companhia. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil foi emitido por empresa independente. A incorporação ocorreu em 1º de outubro de 2020, com data base 28 de setembro de 2020. Os saldos incorporados são os seguintes:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Ecole Serviços Médicos Ltda.	
	Acervo	
	Laudo	Incorporado
Ativo		
Circulante	24.913_	21.922
Disponível	4.642	4.266
Realizável	20.271_	17.656
Aplicações financeiras	14.515	12.635
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	14.515	12.333
Aplicações livres	-	302
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5.306	5.714
Contraprestações pecuniárias a receber	5.306	5.714
Créditos tributários e previdenciários	146	157
Bens e títulos a receber	304	(851)
Despesas antecipadas	-	1
Não circulante	2.966	1.963
Realizável a longo prazo	1.766	1.960
Ativo fiscal diferido	515	436
Depósitos judiciais e fiscais	-	116
Outros créditos a receber a longo prazo	1.251	1.408
Imobilizado	1.200	3
Outras imobilizações	1.200	3
Total do ativo	27.879	23.885

	Ecole Serviços	Médicos Ltda.
	Acervo	
	Laudo	Incorporado
Passivo		
Circulante	21.626	19.307
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	16.335	15.325
Provisão de contraprestações	814	(934)
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	814	(934)
Provisão de eventos liquidar para SUS	6.644	6.497
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	6.746	7.642
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	2.131	2.120
Débitos de operações de assistência à saúde	1.162	960
Comercialização sobre operações	1.162	960
Tributos e encargos sociais a recolher	1.258	729
Débitos diversos	2.871	2.293
Não circulante	4.873	4.486
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	1.820	1.625
Provisão de eventos a liquidar para SUS	1.820	1.625
Provisões	2.115	2.011
Provisões para ações judiciais	2.115	2.011
Débitos diversos	938	850
Patrimônio líquido	1.380	92
Capital social	9.598	9.598
Resultado líquido	(8.218)	(9.506)
Total do passivo e do patrimônio líquido	27.879	23.885

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

g) <u>Incorporação – Mediplan Assistencial Ltda., Hospital Samaritano Ltda. e Hospital e Maternidade Samaritano Ltda.</u>

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de dezembro de 2020, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação das empresas Mediplan Assistencial Ltda., Hospital Samaritano Ltda. e Hospital e Maternidade Samaritano Ltda., pela Companhia. Os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil foram emitidos por empresa independente. A incorporação ocorreu em 1º de dezembro de 2020, com data base 30 de novembro de 2020. Os saldos incorporados são os seguintes:

	Grupo Mediplan Acervo	
	Laudo	Incorporado
Ativo		
Circulante	143.038	139.266
Disponível	81.293	25.694
Realizável	61.745	113.572
Aplicações financeiras	5.122	57.015
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	5.122	14.738
Aplicações livres	-	42.277
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	12.866	1.631
Contraprestações pecuniárias a receber	12.866	1.631
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	19.473	25.714
Créditos tributários e previdenciários	15.737	17.094
Bens e títulos a receber	8.547	12.118
Não circulante	49.912	50.632
Realizável a longo prazo	13.502	16.398
Ativo fiscal diferido	7.830	7.427
Depósitos judiciais e fiscais	411	411
Outros créditos a receber a longo prazo	5.261	8.560
Investimentos	2.804	
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	2.804	
Participações societárias em rede assistencial	2.804	-
Imobilizado	33.606	34.234
Outras imobilizações	33.606	34.234
Total do ativo	192.950	189.898

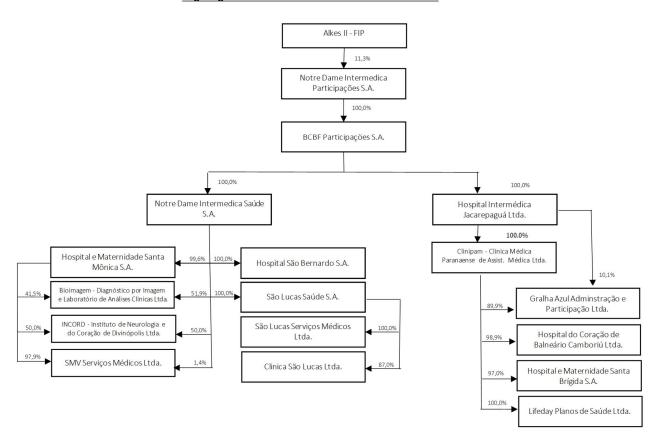
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Grupo Mediplan	
	Acervo	
	Laudo	Incorporado
Passivo		
Circulante	72.738	68.974
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	17.872	16.645
Provisão de contraprestações	2.116	310
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	2.116	310
Provisão de eventos liquidar para SUS	1.484	1.566
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	11.521	12.081
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	2.751	2.688
Débitos de operações de assistência à saúde	25_	(66
Contraprestações / prêmios a restituir	15	
Receita antecipada de contraprestações / prêmios	-	(78
Comercialização sobre operações	10	12
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora	3.337	6.37
Provisões	16.395	16.43
Provisões para imposto de renda e contribuição social	16.395	16.435
Tributos e encargos sociais a recolher	19.000	8.764
Empréstimos e financiamentos a pagar	37	
Débitos diversos	16.072	20.819
Não circulante	38.250	37.339
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	486	206
Provisão de eventos a liquidar para SUS	486	206
Provisões	19.016	18.440
Provisões para ações judiciais	19.016	18.440
Tributos e encargos sociais a recolher	17.935	17.546
Parcelamento de tributos e contribuições	17.935	17.546
Débitos diversos	813	1.147
Patrimônio líquido	81.962	83.58
Capital social	75.014	76.514
Reservas:		3
Reservas de capital	-	35
Reservas de lucros	18.489	
Resultado líquido	(11.541)	7.036
Total do passivo e do patrimônio líquido	192.950	189.898

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

h) A estrutura societária da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

Organograma societário em 31 de dezembro de 2020



3. Aquisição de investimentos

A Companhia, ao longo do exercício de 2020, por meio do seu plano estratégico de contínuo crescimento e expansão, adquiriu diversas empresas. A seguir demonstramos o balanço patrimonial das empresas adquiridas:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Data aquisição	23 de janeiro de 2020	13 de abril de 2020	24 de junho de 2020
	Grupo São Lucas	Ecole	Grupo Santa Mônica
	NE 3.1	NE 3.2	NE 3.3
Ativo Circulante	70.861	21.219	29.377
Caixa e equivalentes de caixa	9.417	432	3.170
Aplicações financeiras	53.147	13.834	18.719
Contas a receber de clientes	6.077	6.141	3.466
Estoques	1.845	-	1.864
Créditos tributários e previdenciários	83	143	-
Outros ativos	292	669	2.158
Não circulante	168.840	18.422	107.730
Realizável a longo prazo	15.146	530	3.993
Impostos diferidos ativo	11.148	530	206
Depósitos judiciais e fiscais	120	-	3.787
Outros ativos não circulante	3.878	-	-
Investimentos	420	-	5
Imobilizado	27.109	229	94.021
Direito de uso	3.944	1.699	569
Intangível	109.482	15.039	7.095
Ativo Indenizatório	12.739	925	2.047
Total do ativo	239.701	39.641	137.107
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	36.480	22.870	53.093
Fornecedores	552	1.217	4.299
Salários a pagar	3.060	447	4.042
Tributos e encargos sociais a recolher	2.740	547	3.467
Empréstimos e financiamentos	402	=	22.669
Provisões de imposto de renda e contribuição social	1.759	61	983
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	21.288	18.376	9.085
Arrendamentos	251	691	368
Outros passivos	6.428	1.531	8.180
Não circulante	36.456	4.951	9.184
Tributos e encargos sociais a recolher	-	-	221
Empréstimos e financiamentos	-	-	4.323
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	406	2.328	2.612
Provisões para tributos diferidos	104	-	-
Provisões para ações judiciais	12.166	925	1.789
Arrendamentos	3.840	1.137	239
Outros passivos não circulante	19.940	561	-
Total do passivo assumido	72.936	27.821	62.277
Total do ativo adquirido indentificável, líquido	166.765	11.820	74.830
Ágio gerado na transação	204.458	35.521	115.539
Total da contraprestação líquida	371.223	47.341	190.369
Parcela à vista	306.849	37.750	97.366
Parcela intermediária	20.000	-	-
Parcela retida	50.000	11.250	108.851
Total da contraprestação	376.849	49.000	206.217
Ajuste valor presente sobre a parcela retida	(5.626)	(1.659)	(15.848)
Contraprestação líquida	371.223	47.341	190.369

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

3.1. Aquisição Grupo São Lucas

Em 23 de janeiro de 2020, a Companhia concretizou o fechamento da operação de aquisição do Grupo São Lucas e assumiu o controle das empresas São Lucas Saúde S.A., São Lucas Serviços Médicos Ltda. e Clínica São Lucas.

O valor da aquisição foi de R\$ 376.849, conforme termo de fechamento assinado em 23 de janeiro, sendo uma parcela à vista de R\$ 306.849, uma parcela intermediária de R\$ 20.000 paga em 27 de maio de 2020, permanecendo uma parcela retida até 23 de janeiro de 2026 no montante de R\$ 50.000 para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento, conforme determinado em cláusula contratual. Esta parcela deve ser liberada total ou parcialmente e atualizada pela variação da Selic. Esta parcela será ajustada a valor presente para melhor refletir as taxas condizentes com as prevalecentes no mercado face as condições econômicas da Companhia.

Em 20 de novembro de 2019, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE) por meio do ato de concentração 08700.004955/2019-79, aprovou sem restrições a aquisição do grupo São Lucas.

Em 17 de janeiro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou por meio do ofício nº 5/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE, a aquisição do Grupo São Lucas.

3.2. Aquisição Ecole Serviços Médicos Ltda.

Em 13 de abril de 2020, a Companhia concretizou o fechamento da operação de aquisição da Ecole Serviços Médicos Ltda., assumindo o controle da empresa.

O valor da aquisição foi de R\$ 49.000, conforme termo de fechamento, sendo uma parcela à vista de R\$ 37.750 e, permanecendo uma parcela retida até 13 de maio de 2026 no montante de R\$ 11.250 para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual para garantir as obrigações de indenização da vendedora. Esta parcela deve ser liberada total ou parcialmente e atualizada pela variação do CDI. Esta parcela será ajustada a valor presente para melhor refletir as taxas condizentes com as prevalecentes no mercado face as condições econômicas da Companhia.

A aquisição foi aprovada em 17 de março de 2020 pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS por meio do ofício nº 28/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

3.3. Aquisição Grupo Santa Mônica

Em 24 de agosto de 2020, o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição do Grupo Santa Mônica. e assumiu o controle das empresas, SMV-Serviços Médicos Ltda., Hospital e Maternidade Santa Mônica S.A., INCORD - Instituto de

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Neurologia e do Coração de Divinóplois Ltda. e Bioimagem Diagnósticos por Imagem e Laboratório de Análises Clínicas Ltda.

O valor da aquisição foi de R\$ 220.306, conforme termo de fechamento foi descontado o valor da dívida liquida no montante de R\$ 14.089, ficando uma contraprestação liquida de R\$ 206.218, na data do termo de fechamento foi efetuado pagamento de uma parcela à vista de R\$ 97.366 e permanecendo um montante de R\$ 108.851 que será pago em 6 parcelas anuais conforme determinado em cláusula contratual, de forma a garantir as obrigações de indenização da vendedora. O valor será atualizado pela variação do CDI. Esta parcela será ajustada a valor presente para melhor refletir as taxas condizentes com as prevalecentes no mercado face as condições econômicas da Companhia.

A aquisição foi aprovada em 05 de agosto de 2020 pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS por meio do ofício nº 74/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

4. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa (RN) nº 435 de 23 de novembro de 2018 e alterações subsequentes.

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

A Companhia ao elaborar estas demonstrações financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios, (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; e (iii) necessidades informacionais dos usuários das Demonstrações Financeiras. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração 30 de março de 2021.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

b) <u>Base de mensuração</u>

A preparação das demonstrações financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção do que se segue:

- Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- está mantido essencialmente com propósito de ser negociado
- espera-se que seja realizado até 12 meses da data do balanço.
- é caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que a sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado.
- deve ser liquidado no período de 12 meses após a data do balanço.
- a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

e) <u>Comparabilidade</u>

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 estão sendo apresentadas com as informações comparativas de 31 de dezembro de 2019, conforme disposições do CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos e das normas emitidas pela ANS.

Para melhor comparabilidade, algumas rubricas de quadros que compõe as notas explicativas foram reclassificadas conforme demonstrado na nota explicativa 4.f - reclassificação de valores correspondentes.

f) Reclassificação de valores correspondentes

A Companhia está reclassificando, para melhor comparabilidade e apresentação, as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, emitidas em 28 de março de 2020. As alterações realizadas são as seguintes:

(i) Balanço Patrimonial

Reclassificação do montante de R\$ 97 da rubrica "Contraprestações pecuniárias a receber" para rubrica "Operadoras de planos de assistência à saúde" para melhor apresentação da composição da conta rubrica "Créditos de operações com planos de assistência à saúde". O quadro abaixo demonstra os impactos desta classificação:

Ativo	Saldo Publicado	Reclassificação	Saldo Ajustado
Circulante	2.374.529		2.374.529
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	217.361		217.361
Contraprestações pecuniárias a receber	208.538	(97)	208.441
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis	8.823	-	8.823
Operadoras de planos de assistência à saúde	-	97	97

Estoques

Reclassificação do quadro apresentado na nota explicativa 12.b, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Saldos relacionados de "Medicamentos" anteriormente apresentado na rubrica de "Material cirúrgico", "Material de rouparia" anteriormente apresentado na rubrica de "Uniformes", "Material de laboratório" anteriormente apresentado na rubrica de "Outros" e abertura de "(-) Provisão para perdas".

A Companhia demonstra abaixo as contas originalmente apresentadas, em comparação às demonstrações financeiras retificadas:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Publicado anteriormente	Reclassificação	Saldos reclassificados
Material cirúrgico	19.615	(5.191)	14.424
Medicamentos	13.548	6.943	20.491
Material de escritório	883	=	883
Material gráfico	609	-	609
Material de limpeza	564	=	564
Material de manutenção	-	-	-
Material para SND	819	=	819
Material de radiologia	603	=	603
Material de cozinha	49	=	49
Uniformes	1.057	(4)	1.053
Material de rouparia	=	4	4
Material de laboratório	-	6.520	6.520
Outros	6.007	(6.007)	-
(-) Provisão para perdas	-	(2.265)	(2.265)
•	43.754	-	43.754

g) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir significativamente dos registrados nas demonstrações financeiras em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente;
- provisão para perdas sobre créditos;
- recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- teste de redução ao valor recuperável de ativos:
- provisões técnicas; e
- provisões judiciais.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

h) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidos para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data.

(i) Alterações no CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23
 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

(ii) Norma ANS – Resolução Normativa (RN) nº 442/2018

Esta resolução dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, em que tem como exigência a elaboração de cálculos atuariais e se necessário a constituição de provisão para a Peona – SUS e Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações – PIC.

(iii) Norma ANS - Resolução Normativa (RN) nº 435/2018

Esta resolução altera o Plano de Contas Padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência a saúde, revogando a RN anterior, de nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, destacando que, a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2020, as operadoras de grande porte deverão informar em nota explicativa a realização do Teste de Adequação do Passivo (TAP), de acordo com as regras e parâmetros definidos nesta norma, incluindo: a) todas as bases técnicas utilizadas para as estimativas correntes dos fluxos de caixa, além daquelas estabelecidas nesta norma, bem como os agrupamentos de contratos similares adotados, observado o mínimo exigido; b) as estimativas correntes de fluxo de caixa de cada agrupamento de contratos similares que apresentarem resultado negativo. A Companhia realizou o TAP e não identificou insuficiência.

i) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2020, não adotadas antecipadamente pela Companhia e ainda não referenciadas pela ANS.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, quando referenciadas pela ANS. São elas:

(i) IFRS 17 – Contratos de Seguros

O International Accounting Standards Board ("IASB") emitiu em 18 de maio de 2017, o IFRS 17 — Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 — Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 — Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da norma é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos.

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, enquanto o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) não emitir norma equivalente.

(ii) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimos existentes podem exigir renegociação.

(iii) Aplicação do CPC 06 (R2) Arrendamentos

O Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, substituiu às orientações existentes na IAS 17 e correspondentes interpretações a partir de 1º de janeiro de 2019.

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários, sendo:

- Arrendamentos de ativos de "baixo valor"; e
- Arrendamentos de curto prazo (menor ao igual a 12 meses)

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo: uma mudança no prazo do arredamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

De acordo com a IAS 17, todos os pagamentos de arrendamentos operacionais são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. O impacto das mudanças de acordo com o CPC 06 (R2) seria a redução do caixa gerado pelas atividades operacionais e o aumento do caixa líquido usado nas atividades de financiamento pelo mesmo valor.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

(iv) Norma ANS - Resolução Normativa nº 443/2019 - Práticas mínimas de governança corporativa para fins de solvência

A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS publicou em 25 de janeiro de 2019, a RN nº 443/2019 que dispõe sobre as práticas mínimas de governança corporativa, com ênfase em controles internos e gestão de riscos, para fins de solvência das operadoras de planos de assistência à saúde.

A Companhia está avaliando na íntegra essa Resolução Normativa, com o objetivo de aplicála e irá pôr em prática na data exigida, prevista para o exercício de 2023.

j) Pandemia Coronavírus - COVID-19

Diante do cenário atual que o mundo e nosso país atravessam por conta da pandemia do COVID-19, a Companhia procurou avaliar os possíveis impactos relevantes nas suas operações, com o objetivo de verificar os reflexos a partir das Informações Financeiras Intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2020 e divulgações futuras.

No Brasil, após a comprovação do primeiro caso de coronavírus, paralisações decorrentes do distanciamento social foram solicitadas ou impostas por autoridades governamentais ou definidas por empresas como medidas preventivas. Essas paralisações impactaram diversos segmentos da economia nacional, dentre os principais, o varejo físico e diversos segmentos da indústria, além da cadeia de serviços.

Uma vez que o processo de desaceleração ocorreu com maior intensidade a partir dos últimos 10 dias de março, não havíamos identificado nenhuma movimentação atípica nos resultados operacionais ou no fluxo de caixa do primeiro trimestre de 2020.

Porém, ao se analisar o comportamento dos principais indicadores operacionais e financeiros durante o segundo trimestre de 2020, quando estavam plenamente em vigor as medidas de distanciamento social (principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, onde se concentram parte relevante de nossas atividades), identificamos impactos que geraram um efeito positivo nos resultados de nossas operações.

No terceiro trimestre de 2020 percebemos que os mesmos movimentos continuaram acontecendo, porém com impactos significativamente menores que os verificados no segundo trimestre, uma vez que, identificamos uma crescente tendência em direção à volta da normalidade em diversas atividades médicas.

Ao longo do quarto trimestre de 2020, com o ressurgimento de uma "segunda onda" de COVID nos principais mercados onde atuamos, vivenciamos um comportamento diferente dos pacientes, que continuaram a buscar os serviços de saúde para manutenção de seus tratamentos de rotina e/ou eletivos. Com isto, não somente os gastos com exames, mas também a procura por serviços hospitalares alcançou patamares superiores à média

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

histórica. Esta diferença de comportamento se tornou ainda mais exacerbada durante o mês de dezembro, que historicamente possui uma sazonalidade baixa, mas que excepcionalmente em 2020, representou o mês de maior frequência de internações e procedimentos por conta da convivência dos pacientes regulares com os pacientes em tratamento de COVID.

A seguir, descreveremos os principais impactos observados durante o quarto trimestre.

Reajuste dos Planos de Saúde

De acordo com o Comunicado Nº 85, de 31 de agosto de 2020, a ANS postergou a aplicação dos reajustes dos contratos de plano de saúde para o ano de 2021. Contudo, os respectivos reajustes foram reconhecidos como "Receita" de acordo com o CPC 47, de forma que não houve impacto no Resultado do Exercício. Esta postergação gerou um impacto no caixa da Companhia, não relevante, que será realizado ao longo do ano de 2021.

Serviços hospitalares para outros convênios:

Ao longo dos meses de outubro a dezembro de 2020, observamos um movimento menor do que o histórico nos atendimentos a pacientes de outros planos de saúde, justificada por uma estratégia de enfrentamento da pandemia que privilegiou a preservação de leitos próprios em caso de eventual necessidade de atendimento a beneficiários da Companhia. Esta queda nos atendimentos a pacientes de outros convênios permitiu a liberação de capacidade de leitos próprios de internação e, principalmente, de UTI, que foram sendo ocupados com nossos pacientes com suspeita ou confirmação de COVID.

Custos médicos de saúde e odontologia:

Utilizando-se como premissa nossos principais indicadores operacionais históricos, ajustados para a sazonalidade desta época do ano, continuamos notando uma utilização menor de nossos beneficiários nos procedimentos de odontologia.

Quanto aos atendimentos de saúde (ambulatoriais e internações), vivenciamos o retorno progressivo rumo à normalidade dos procedimentos de rotina e eletivos, que passaram a conviver com um crescente número de pacientes COVID, levando a uma maior utilização desses procedimentos quando comparado ao terceiro trimestre de 2020 e também com o mesmo período de 2019, notadamente durante o mês de dezembro de 2020.

Risco relacionado à recuperabilidade de ativos financeiros:

Com progressivo retorno à normalidade dos principais mercados financeiros globais, o impacto da marcação a mercado, principalmente de alguns fundos de investimento ANS, constituídos para fins de lastro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar, foi sensivelmente reduzido.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Risco relacionado à recuperabilidade do ativo imobilizado/intangível:

No quarto trimestre de 2020, a Companhia contratou empresa de consultoria independente e especializada para avaliar a recuperabilidade do ativo imobilizado/intangível. O laudo emitido não apresentou indicadores de *impairment*.

Risco de perda nos estoques:

A Companhia mantém um controle muito rigoroso do giro médio dos estoques de medicamentos e dos prazos de validade. Com a redução dos serviços médicos, especialmente cirurgias, houve uma diminuição no consumo, mas não impactando na validade dos lotes. Com a retomada gradual dos serviços médicos, nossos níveis de estoque já voltaram à normalidade e não identificamos nenhuma necessidade de lançamentos para perda. O incremento no saldo de balanço dos estoques consolidados é fruto principalmente das novas operações adquiridas que trouxeram 7 novos hospitais e também por estoques de materiais de proteção aos nossos médicos e colaboradores.

Risco de continuidade operacional:

Os primeiros meses da pandemia trouxeram muita incerteza para os principais agentes econômicos, especialmente para as empresas. Neste período que coincidiu com o segundo trimestre de 2020, notamos um movimento mais acelerado de demissões, que acabam por pressionar nossa base de pacientes ativos. Ainda assim, durante o trimestre mais crítico da pandemia, nossa base de clientes continuou a crescer graças aos esforços comerciais e concluímos o ano de 2020 com um crescimento orgânico de nossa base de clientes. Nosso faturamento e ticket médio também continuaram sua trajetória de aumento, apesar da postergação dos reajustes para pessoas físicas e clientes PME ao longo de alguns meses de 2020.

Com as medidas de flexibilização adotadas pelos governos estaduais a partir do terceiro trimestre, passamos a notar um aumento pela procura dos atendimentos ambulatoriais, que se aproximam de nossos indicadores médios históricos. Ao mesmo tempo, durante o quarto trimestre observamos um aumento progressivo nos atendimentos a pacientes portadores de sintomas do COVID-19, notadamente no mês de dezembro, em todas as praças que atuamos.

Os reais impactos dessas atuais tendências são impossíveis de serem quantificados pois vão depender não somente (i) da evolução da curva da própria doença, (ii) da velocidade de vacinação da população e das respostas às diferentes vacinas; (iii) de novos protocolos de tratamento para os pacientes com COVID que poderão demandar novas medicações, mas principalmente das medidas que vierem a ser implementadas pelos governos, que terão o condão de afetar não somente (iv) a velocidade de disseminação do vírus, mas também (v) a atividade econômica, e por consequência o emprego. E, por se tratar de uma enfermidade nova, é difícil prever com exatidão quando se dará o retorno pleno à normalidade.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Embora seja esperado que a COVID-19 continue a impactar a atividade econômica mundial e a local, até a data de divulgação destas demonstrações financeiras não identificamos um aumento na inadimplência de nossos clientes e tampouco solicitações de cancelamento ou modificações dos contratos, ainda que a manutenção do cenário macroeconômico adverso possa continuar a impactar negativamente o emprego no país, e consequentemente o número de beneficiários de saúde privada no Brasil.

Acreditamos que, por estarmos oferecendo serviços de saúde de natureza essencial, em especial em tempos de pandemia, não tivemos o impacto no risco de crédito, exceto por algumas negociações pontuais com alguns clientes, nas quais houve diferimento das mensalidades e já estão refletidas conforme nota explicativa 9.

Com relação a gestão da liquidez, a Companhia elabora análise de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, inclusive os relacionados à garantia das provisões técnicas. É importante mencionar que em 31 de dezembro de 2020, nossa posição de ativos de liquidez imediata, classificados como Caixa e equivalentes de caixa, corresponde a R\$ 1.551.165, conforme nota explicativa 7, enquanto nossos compromissos de endividamento possuem um prazo médio de vencimento da dívida bruta de 4 anos, conforme nota explicativa 23.

A Companhia, possuem debêntures que contêm *covenants* financeiros, sendo que o principal está relacionado com a manutenção da relação entre dívida líquida pelo EBITDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, mensurados a cada três meses. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia se encontrava adimplente com os *covenants*.

Nos primeiros meses de 2021 a Companhia iniciou um amplo programa de vacinação dos seus funcionários da linha de frente de atendimento hospitalar e ambulatorial em todas as regiões que atuamos, de acordo com as diretrizes das respectivas secretarias de saúde locais.

A extensão em que a COVID-19 afetará os negócios, a situação financeira, os resultados das operações e as perspectivas da Companhia dependerá de desenvolvimentos futuros, incertos e que não podem, por enquanto, ser razoavelmente previstos, incluindo novas informações que possam surgir sobre a evolução da COVID-19 e/ou as ações de governo e outras entidades para contê-la no Brasil. Embora não seja possível estimar razoavelmente a extensão de possíveis impactos nos negócios, condição financeira, resultados de operações e perspectivas, nossas projeções de receitas e fluxos de caixa operacionais apresentam plenas condições de continuidade das operações. A Companhia monitora continuamente a situação o mais próximo possível e estão avaliando ativamente os possíveis impactos em seus negócios e implementando medidas que mitiguem potenciais riscos existentes.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia foram as seguintes:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Para efeitos das demonstrações financeiras, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalente de caixa em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial a entidade mensura seus ativos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

· Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente à perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e da perda no resultado do período.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A Companhia reconhece como ativos financeiros classificados nesta categoria: caixas e equivalentes de caixa, títulos públicos e aplicações financeiras com garantias classificadas como títulos e valores mobiliários.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito.
- Estágio 2 Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente.
- Estágio 3 Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio se difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto. Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

A operação principal da Companhia está predominantemente relacionada com os recebimentos das vendas de plano de saúde e odontológico e que são relacionados com seguros.

A Companhia reconhece para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente à perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso, a Companhia avalia mensalmente essas variações do risco de crédito dos ativos financeiros e, caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses. Caso for identificado que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Para o recebimento de vendas de outros serviços hospitalares a Companhia optou por mensurar provisões para perdas pelo modelo simplificado. Para essas contas a receber de clientes, foi aplicado o (%) percentual de perdas apurado historicamente para o grupo de clientes.

Passivos financeiros

Classificação e reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivo financeiro ao custo amortizado e acrescidos do custo de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, arrendamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:

Custo amortizado

Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, em que ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

Valor justo por meio do resultado

Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e da perda no resultado do período.

c) Provisão para perdas sobre créditos

A Companhia constitui provisão para perdas de recuperabilidade sobre créditos por meio da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 322/2013 alterado pela RN n° 435/2018.

A perda de recuperabilidade sobre créditos relacionados com planos de saúde é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Para os créditos não relacionados com planos de saúde é constituída perda de recuperabilidade de créditos para os saldos vencidos acima de 90 dias, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

e) <u>Despesas de comercialização diferidas (DAC – Deferred Acquisition Cost)</u>

As despesas de comercialização que se referem aos agenciamentos são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou a expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no saldo da conta "Despesas diferidas", de acordo com a Resolução Normativa (RN) 322/13, alterada pela RN nº 435/2018. Em 2020, por meio de estudo técnico realizado, a Companhia manteve o diferimento das despesas pelo prazo de até 36 meses e o saldo a ser diferido está refletido nas rubricas "Despesas de Comercialização Diferidas" no ativo circulante, que compreende o saldo de até 12 meses, e no ativo não circulante, para o saldo superior a 12 meses. Os demais gastos com comissões são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos.

f) Investimento

A participação societária que a Companhia possuí em suas controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial e está registrada na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial" na demonstração do resultado.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.

g) Imobilizado

Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

h) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e, após o reconhecimento inicial, apresentados ao custo, menos amortização e/ou perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida, sendo que os ativos intangíveis com vida útil econômica definida são amortizados pelo método linear, pelas taxas mencionadas na nota explicativa 19 e avaliados por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria da despesa consistente com a sua utilização.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios, reconhecidos separadamente do ágio, são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, tais ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com função ao ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução do valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

j) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por valor recuperável.

Para fins de teste do valor recuperável (*impairment*), o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa (UGCs ou grupos de UGCs) da Companhia, que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As UGCs às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de *impairment* ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma UGC poderá apresentar *impairment*. Se o valor recuperável da UGC for menor que o valor contábil, a perda por *impairment* é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

UGC e, posteriormente, aos outros ativos da UGC, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por *impairment* de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício.

k) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Devido às atividades operacionais da Companhia certas provisões são requeridas, conforme abaixo:

- A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), é constituída para a cobertura de eventos ocorridos e não avisados, conforme a Resolução Normativa (RN) 209/2009, alterada pelas RNs 227/2010, 243/2010, 246/2011, 313/2012, 393/2015 e 442/2018, sendo calculada com base em nota técnica atuarial submetida à Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS.
- A provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço (RN 290/2012, alterada pelas RNs 322/2013 e 435/2018).
- A provisão de remissão é constituída para os beneficiários que ficaram isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.
- A provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS Sistema Único de Saúde correspondente aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram a rede de atendimento à saúde pública. As Operadoras devem registrar o ressarcimento ao SUS em sua escrituração contábil na rubrica "Sistema Único de Saúde SUS" (nota explicativa 27) em contrapartida "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde" (registrado na rubrica "Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS" nota explicativa 20) no passivo circulante e não circulante.
- Provisão de eventos ocorridos e não avisados no SUS PEONA SUS refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros que já tenham ocorrido na rede assistencial do Sistema SUS e que não tenham sido avisados. Esta provisão foi estabelecida conforme a Resolução Normativa RN 442/2018, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. A Operadora efetua o provisionamento conforme as informações disponibilizadas mensalmente no site da Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

> Provisão para Insuficiência de Contraprestação – PIC – refere-se à insuficiência de contraprestação/prêmio para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada, conforme a Resolução Normativa RN 442/2018, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

Conforme Resolução Normativa 227/2010 alterada pela Resolução 329/2013 e 392/2015, 419/16, 427/17 e 430/17, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, são estabelecidas regras para constituição de provisões técnicas. Tais regras exigem que a operadora vincule seus ativos financeiros no montante mínimo pela RN para cobrir as contraprestações.

I) Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As provisões para riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados.

Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, de acordo com a legislação aplicável.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

m) Tributos diretos

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

Os passivos de tributos correntes referentes aos exercícios correntes e anteriores são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

A Companhia adota para a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social o Lucro Real - após o Lucro Líquido são realizados ajustes conforme legislação vigente para a determinação da Base de Cálculo do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

Imposto de renda e contribuição social – diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios, e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimento em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo;

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

 quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal);

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

> sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimento em Controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos e passivos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

n) Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a funcionários

A Companhia concede a seus executivos o benefício de assistência à saúde pós-emprego. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo os juros líquidos, e o retorno sobre ativos do plano, excluindo juros líquidos, são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial, com correspondente débitos ou créditos retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorra. As mensurações não são reclassificadas no resultado em períodos subsequentes.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado nas seguintes datas, a que ocorrer primeiro:

- a data de alteração do plano ou redução significativa da expectativa do tempo de servicos:
- a data em que a Companhia reconhece os custos relacionados com reestruturação.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações nas obrigações de benefício definido líquido em despesas administrativas na demonstração do resultado.

o) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados em Assembleia.

p) Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A Companhia atua no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica.

Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para este, com planos de assistência à saúde, a Companhia entende que o mesmo deve atender os requerimentos do CPC 11 – Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento a Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 – Contratos com clientes.

I. Reconhecimento de Receitas Operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (pro rata die).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no subitem "Provisão de Contraprestação Não Ganha – PPCNG", conforme destacado na nota explicativa 20, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

II. Receitas de Contratos com Clientes

Prestação de serviços

A Companhia presta serviços de assistência à saúde e odontológica por meio de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Companhia avaliou que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. A Companhia identificou e analisou as diferenças de acordo com o novo pronunciamento, conforme descrito abaixo:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Contraprestação variável

A Companhia possuiu dois tipos de glosas:

- Internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios antes do faturamento dentro dos hospitais;
- Externas, glosas das faturas emitidas e enviadas para as operadoras e por diversos motivos podem ser ou não aprovadas.

A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a CPC 47

Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato.

Sobre o valor da contraprestação variável, utilizando qualquer dos métodos a seguir, dependendo do método a entidade espera melhor prever o valor da contraprestação à qual tem direito:

- O valor esperado é a soma de valores ponderados em função da probabilidade de uma gama de possíveis valores de contraprestação. O valor esperado pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se a entidade tiver grande número de contratos com características similares;
- O valor mais provável é o valor único mais provável de uma gama de possíveis valores de contraprestação (ou seja, o resultado único mais provável do contrato). O valor mais provável pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação;
- Variável se o contrato tiver apenas dois possíveis resultados (por exemplo, a entidade atingir um bônus de desempenho ou não)

III. Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas), são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

q) Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT)

O CPC 11 – Contratos de Seguros, requer que as seguradoras e empresas equivalentes que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem os passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras por meio de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a database do teste.

Quando é identificada qualquer insuficiência, a Companhia contabiliza a perda apurada no resultado do exercício.

O teste foi efetuado considerando os segmentos de negócios adotados pela Companhia e considerou as provisões técnicas, contraprestações líquidas, despesas administrativas e de comercialização. No cálculo do valor presente dos fluxos de caixa a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecidas por fontes oficiais.

O cálculo do LAT considerou em suas estimativas os compromissos assumidos até a data base e a liquidação desses compromissos em períodos futuros. Com base nesses dados, foram estimados os valores de passivos atuariais que foram descontados a valor presente para uma comparação com as provisões técnicas de ativos efetuadas.

O teste efetuado não apresentou insuficiência na data do balanço, portanto não houve necessidade de efetuar provisões adicionais.

6. Gerenciamentos de riscos

A Operadora opera com planos de saúde, rede próprias (hospitais e pronto atendimento) e odontológicos, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e clientes individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia está exposta aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contraprestações a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Companhia monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está em acordo com a Resolução Normativa nº 435/2018 da ANS e em acordo com as deliberações do CPC 01 – Redução ao valor recuperável e do CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia procura priorizar as aplicações diretamente em títulos públicos ou aplicações de baixo risco em bancos de primeira linha, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pela RN 419/16, 427/17 e 430/17 da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

b) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Companhia, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e pela manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos.

Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

b.1 Gerenciamento do risco de liquidez

Aplicações financeiras

				31 de d	ezembro de
Liquidez	Disponível e aplicações financeiras		2020		2019
		Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Imediata	Aplicações financeiras	1.506.827	63,98%	121.832	9,27%
De 31 a 120 dias	Certificado de depósitos bancário - CDB - pós, Fundos de Renda Fixa aberto e outros	153.939	6,54%	138.358	10,53%
De 31 a 120 dias	Letras Financeiras -LF	-	-	170.231	12,96%
De 31 a 120 dias	Letras Financeiras do Tesouro – LFT	19.430	0,83%	-	-
De 121 a 240 dias	Certificado de depósitos bancário - CDB - pós, Fundos de Renda Fixa aberto e outros	29.610	1,26%	364.328	27,73%
De 241 a 360 dias	Certificado de depósitos bancário - CDB - pós, Fundos de Renda Fixa aberto e outros	125.700	5,34%	260.009	19,79%
De 241 a 360 dias	Letras Financeiras -LF	-	-	21.682	1,65%
De 241 a 360 dias	Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	26.175	1,98%
Acima de 361 dias	Certificado de depósitos bancário - CDB - pós, Fundos de Renda Fixa aberto e outros	30.002	1,27%	864	0,07%
Acima de 361 dias	Letras Financeiras – LF	181.340	7,70%	-	-
Acima de 361 dias	Letras Financeiras do Tesouro – LFT	80.862	3,43%	98.040	7,46%
Acima de 361 dias	Letras Tesouro Nacional - LTN	227.385	9,66%	112.451	8,56%
		2.355.095	100%	1.313.970	100%
	-				

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pelas RNs nº 419/16, 427/17, 430/17 e nº 448/20 da ANS, a Operadora mantém aplicações financeiras vinculadas e lastreadas para a cobertura das Reservas técnicas no montante de R\$ 848.268 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 653.691 em 31 de dezembro de 2019).

b.2 Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A gestão de ativos e passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (*Assets and Liabilities Management*). Essa metodologia consiste em um processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com certo nível de risco.

c) Risco cambial

A exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de câmbio afeta principalmente as aplicações financeiras em fundo cambial. A variação no câmbio pode afetar ainda o resultado financeiro da Companhia em função da variação da moeda estrangeira na qual a aplicação se baseia, porém, essa exposição não gera impacto relevante no resultado da Companhia, uma vez que o montante registrado na rubrica de fundos cambiais é de R\$ 43 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.075 em 31 de dezembro de 2019).

Empréstimos e financiamentos

Em 28 de novembro de 2019, a Operadora adquiriu o Grupo Ghelfond, e que entre os ativos adquiridos identificáveis e passivos assumidos, foram identificadas operações de empréstimos realizados em moeda estrangeira através da Lei 4131/62.

Devido ao risco cambial desta operação e para se proteger de uma variação destas moedas frente ao Real, foram contratados instrumentos derivativos - *NDF- Non- Deliverable Forward* (compra de *Financial Bond*), na mesma data da operação de captação. O saldo em 31 de dezembro é de R\$ 4.133.

d) Risco de seguro

O modelo de negócio da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde e odontológico, sendo que no segmento odontológico o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde e odontológica são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde e odontológica, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Adicionalmente, a Companhia também analisa o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e odontológica e o impacto direto nos contratos com os clientes.

No gerenciamento desses riscos a Companhia monitora a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação a sua rentabilidade.

e) Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures.

A Companhia adota a política de aplicação em títulos pós-fixados para a maior parte das aplicações.

Por meio da Resolução Normativa (RN) 392/15, alterada pela nº 419/16, 427/17 e 430/17 da ANS e em consonância com a Resolução do CMN nº 4.444 de 13 de novembro de 2015, estabelece nas operadoras de saúde a diversificação de suas aplicações para ativos dados em garantia de reservas técnicas e diante desta requisição, a Operadora optou em adicionar em seu portfólio aplicação em títulos públicos pré-fixados.

O portfólio financeiro da Companhia está em sua quase totalidade exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico – Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo o restante indexado à taxa SELIC.

A composição das aplicações financeiras está demonstrada na nota explicativa 8.

A Companhia possui captação em empréstimos e financiamentos e debêntures, ficando expostas a variação da taxa CDI. A composição de empréstimos e financiamentos e das debêntures está sendo apresentada na nota explicativa 23.

A Companhia trabalha com instituições financeiras que apresentam a seguinte classificação de *rating*:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	31 de dezembro de	Rating Nacional	31 de dezembro de	Rating Nacional -
Emissores	2020	- Longo Prazo 1	2019	Longo Prazo
Votorantim S.A.	261.826	AAA(bra)	120.449	btrBBB-
Banco Bradesco S.A.	18.965	AAA(bra)	449.265	brAAA
Banco Santander (Brasil) S.A.	79.499	brAAA	124.686	A(bra)
Caixa Econômica Federal	2.499	AA(bra)	13.754	AAA
Banco Safra S.A.	-	-	179.621	brAAA
Banco GMAC S.A	-	-	24.869	brAAA
Banco Daycoval S.A.	-	-	343	AA(bra)
Itaú Unibanco S.A.	394.968	AAA(bra)	279.151	brAAA
Banco do Brasil	46.732	AA(bra)	-	-
XP Investimentos	43.779	AA(bra)	-	-
	848.268		1.192.138	

¹ Fonte: Agências de risco Fitch Ratings (quando disponível) e Banco Santander, consultado em 21 de janeiro de 2021.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia adotou taxas vigentes em datas próximas à da apresentação das referidas Informações Financeiras, utilizando para Selic e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade delas. Na projeção do cenário provável, para os cenários I e II estas taxas foram acrescidas e diminuídas em 25% e 50%, respectivamente.

Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses considerando os saldos em 31 de dezembro de 2020:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

													Consolidado
											3	1 de Dez	embro de 2020
							Redução	dos juros			Aument	o de jurc	
	Indexador	Risco	% - a.a.	R\$	Provável	Taxa	-25%	Taxa	-50%	Taxa	+25%	Taxa	+50%
Caixa e Equivalentes de Caixa													
CDBs	CDI	Baixa CDI	3,77%	1.015.307	38.277	2,83%	28.733	1,89%	19.189	4,71%	47.821	5,66%	57.466
Fundo de renda fixa abertos	CDI	Baixa CDI	3,77%	405.115	15.273	2,83%	11.465	1,89%	7.657	4,71%	19.081	5,66%	22.930
Operações compromissadas	CDI	Baixa CDI	3,77%	86.363	3.256	2,83%	2.444	1,89%	1.632	4,71%	4.068	5,66%	4.888
Outros	Selic	Baixa Selic	4,00%	42	2	3,00%	1	2,00%		5,00%	2	6,00%	3
				1.506.827	56.807		42.643		28.479	ı	70.972		85.287
Aplicações Financeiras													
CDBs	CDI	Baixa CDI	3,77%	196.826	7.420	2,83%	5.570	1,89%	3.720	4,71%	9.271	5,66%	11.140
LFTs	Selic	Baixa Selic	4,00%	100.292	4.012	3,00%	3.009	2,00%	2.006	5,00%	5.015	6,00%	6.018
Fundo de renda fixa abertos	CDI	Baixa CDI	3,77%	142.425	5.369	2,83%	4.031	1,89%	2.692	4,71%	6.708	5,66%	8.061
LFs	CDI	Baixa CDI	3,77%	181.340	6.837	2,83%	5.132	1,89%	3.427	4,71%	8.541	5,66%	10.264
				620.883	23.638		17.742		11.845		29.535		35.483
Empréstimos e financiamentos						1				1			
BNDES	TJLP	Alta TJLP	4,47%	(1.037)	(46)	3,35%	(35)	2,24%	(23)	5,59%	(58)	6,71%	(70)
Capital de Giro	CDI	Alta CDI	3,77%	(30.571)	(1.153)	2,83%	(864)	1,89%	(578)	4,71%	(1.440)	5,66%	(1.730)
Capital de Giro	CDI + 2,3% a.a.	Alta CDI	6,16%	(298.468)	(18.386)	5,20%	(15.520)	4,23%	(12.625)	7,12%	(21.251)	8,09%	(24.146)
Leasing	CDI	Alta CDI	3,77%	(1.855)	(70)	2,83%	(52)	1,89%	(35)	4,71%	(87)	5,66%	(105)
Outros	CDI	Alta CDI	3,77%	(2)	(0)	2,83%	-	1,89%	-	4,71%	-	5,66%	-
				(331.933)	(19.655)		(16.471)		(13.261)		(22.836)		(26.051)
Debêntures													
Debêntures - Notre Dame (3ª)	100% Taxa DI + 1,6% a.a.	Alta CDI	5,43%	(808.386)	(43.895)	4,48%	(36.216)	3,52%	(28.455)	6,39%	(51.656)	7,35%	(59.416)
				(808.386)	(43.895)		(36.216)		(28.455)		(51.656)		(59.416)
Obrigações Contratuais													
Obrigações Contratuais	100% do CDI		3,77%	(492.540)	(18.569)	2,83%	(13.927)	1.89%	(9.284)	4,71%	(23.211)	5,66%	(27.853)
Obrigações Contratuais	105% do CDI		3,96%	(9.439)	(374)		(280)	1,98%	(187)		(467)	5,94%	(560)
Obrigações Contratuais	90% do CDI		3,39%	(36.575)	(1.241)	,	(931)	1,70%	(620)		(1.551)	5,09%	(1.861)
Obrigações Contratuais	95% do CDI		3,58%	(34.684)	(1.242)		(932)	1,79%	(621)	4,48%	(1.553)	5,37%	(1.863)
Obrigações Contratuais	100% Selic		4,00%	(47.389)	(1.896)	3,00%	(1.422)	2,00%	(948)	5,00%	(2.369)	6,00%	(2.843)
• .			·	(620.627)	(23.321)		(17.491)		(11.661)		(29.151)	,	(34.982)
				366.764	(6.426)	•	(9.793)		(13.053)	i	(3.136)		321
				300.104	(0.420)	ıı.	(0.100)		(10.000)	ji.	(0.100)		

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

7. Disponível

	31 de dezembro de		
	2020	2019	
Caixa e bancos	44.338	22.729	
Aplicações de liquidez imediata ¹	1.506.827	121.832	
	1.551.165	144.561	

¹ As aplicações financeiras de liquidez imediata têm conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a um significante risco de mudança de valor, e a Companhia tem o direito de resgate imediato.

8. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

	_					31 de de	ezembro de
					2020		2019
	_		Vencimentos				
Valor justo por meio do resultado	Níveis	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	1	19.430	80.862	100.292	100.292	124.215	124.215
Letras Tesouro Nacional - LTN (i)	1	-	227.385	227.385	227.385	112.451	112.451
Certificado Depósitos Bancários - CDB (ii)	2	196.826	-	196.826	196.826	630.614	630.614
Operações compromissadas (iii)	2	-	-	-	-	1.703	1.703
Fundo de renda fixa abertos (iv)	2	142.425	-	142.425	142.425	130.167	130.167
Fundo Cambial (iv)	2	-	-	-	-	1.075	1.075
Letras Financeiras - LF (v)	2	-	181.340	181.340	181.340	191.913	191.913
Outros títulos de renda fixa	2	-	-	-	-	-	-
	_	358.681	489.587	848.268	848.268	1.192.138	1.192.138
			Circulante	848.268		1.192.138	
			Não circulante	-		-	

- (i) Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (Nível 1).
- (ii) A Companhia adota como política realizar aplicações em títulos majoritariamente pós-fixados de emissão de instituições financeiras em Certificados de Depósito Bancário CDBs (Nível 2).
- (iii) Operações compromissadas lastreadas em debêntures com os seguintes emissores: Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Itaú S.A. e Banco Safra S.A. (Nível 2)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- (iv) Os fundos são administrados pelo Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Itaú, Banco Safra S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Caixa Econômica Federal, Unicred e XP Investimentos (Nível 2).
- (v) As operações com Letras Financeiras foram contabilizadas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor justo em títulos pós-fixados atrelados ao CDI – Certificado de Depósito Interbancário, com liquidez de 2 anos (Nível 2).

As aplicações têm remuneração diária vinculadas às taxas CDI e Selic, com vencimentos variáveis até setembro de 2025.

As aplicações estão classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Independentemente do vencimento, a Companhia contabiliza as aplicações financeiras no ativo circulante (com exceção da aplicação vinculada à obrigação contratual que é registrada no ativo não circulante).

a) Movimentação das aplicações financeiras

	31	de dezembro de
	2020	2019
Saldo inicial do exercício	1.192.138	923.931
Saldo incorporado	89.183	107.179
Aplicações	6.585.392	5.636.577
Resgates	(7.056.786)	(5.548.951)
Receitas (despesas) com variação cambial	76	85
Resultado financeiro	38.659	72.800
Ajuste a valor de mercado	(394)	517
Saldo final do exercício	848.268	1.192.138

b) Determinação do valor justo

Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros são definidos pelo administrador e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

As aplicações financeiras vinculadas são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

9. Créditos de operações com planos de assistência à saúde e Créditos de operações de assistência à saúde não relacionado com Planos de Saúde da Operadora.

O saldo de contas a receber de clientes se refere as operações relacionados com plano de saúde e de serviços relacionados a assistência à saúde, gerados pelas operações da Companhia.

	31 de	e dezembro de
	2020	2019
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	365.241	250.832
(-) Provisão para perdas sobre crédito	(43.204)	(33.471)
<u> </u>	322.037	217.361
	31 de	e dezembro de
	2020	2019
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	198.609	204.614
com planos de sadde da Operadora	100.000	
(-) Provisão para perdas sobre crédito	(14.960)	(6.570)

Em decorrência da pandemia COVID-19, conforme divulgado em site da rede de internet pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 08 de outubro de 2020 e pelo comunicado nº 85, a Agência Nacional de Saúde Suplementar efetuou a suspensão do reajuste de plano de saúde.

Esta suspensão abrangeu os planos contratados por pessoas físicas, para os quais a ANS divulga anualmente o percentual máximo de reajustes que será praticado pelas operadoras de saúde a esta modalidade.

Os planos contratados pelas médias e pequenas empresas (PME) e por adesão através de entidades de classes e outros, também tiveram a suspensão do reajuste dos contratos, sendo que essa cobrança efetivada será realizada ao cliente ao longo do exercício 2021, conforme orientações da ANS. O percentual do reajuste é mensurável e aplicável na data do aniversário do contrato, portanto, sendo foi aprovado pelos Órgãos reguladores o reconhecimento desta receita. As Operadoras da Companhia efetuaram o reconhecimento no trimestre da receita, liquida de provisão para perda histórica.

Os valores com vencimento a partir de 90 dias e que não estejam provisionados para perda estão amparados por depósitos para garantia ou são decorrentes de valores de glosas de prestação de serviços médicos hospitalares dentro dos prazos contratuais.

A abertura do saldo do contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Saldo	PPSC	ezembro de 2020 Saldo líquido
		Saluo Ilquiuo
202.209	(4.107)	198.102
23.124	(4)	23.120
		-
35.933	(1.743)	34.190
71.836	(5.211)	66.625
32.139	(32.139)	
365.241	(43.204)	322.037
		ezembro de 2019
Saldo	PPSC	Saldo líquido
92 370	(5.380)	86.981
	` ,	18.412
	(=)	101112
54.914	(1.479)	53.435
62.745	(4.212)	58.533
22.389	(22.389)	-
250.832	(33.471)	217.361
	31 de de:	zembro de 2020
Saldo	PPSC	Saldo líquido
52.713	(42)	52.671
28.903	(35)	28.868
	-	
18 163	(220)	17.934
	` ,	
	, ,	84.176
12.832	(12.832)	-
198.609	(14.960)	183.649
Calda		dezembro 2019
58100		Saldo líquido
44.087		43.064
62.273	(9)	62.264
27.439	(17)	27.422
65.498	(204)	65.294
5.317	` ,	-
	23.124 35.933 71.836 32.139 365.241 Saldo 92.370 18.414 54.914 62.745 22.389 250.832 Saldo 52.713 28.903 18.163 85.998 12.832 198.609 Saldo 44.087 62.273 27.439 65.498	23.124 (4) 35.933 (1.743) 71.836 (5.211) 32.139 (32.139) 365.241 (43.204) 31 de d Saldo PPSC 92.370 (5.389) 18.414 (2) 54.914 (1.479) 62.745 (4.212) 22.389 (22.389) 250.832 (33.471) 31 de dez Saldo PPSC 52.713 (42) 28.903 (35) - 18.163 (229) 85.998 (1.822) 12.832 (12.832) 198.609 (14.960) 31 de Saldo PPSC 44.087 (1.023) 62.273 (9) 27.439 (17) 65.498 (204)

A movimentação do contas a receber é como segue:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Movimentação dos créditos de operações com planos de assistência à saúde

	31 de dezembro de		
	2020	2019	
Saldo inicial do exercício	217.361	175.270	
Saldo Incorporado	8.643	31.040	
Contraprestações líquidas	9.101.243	6.704.937	
Recebimentos	(8.914.521)	(6.641.667)	
(Provisão) / reversão para perda sobre crédito	(9.277)	26.923	
Perda efetiva	(81.412)	(79.142)	
	322.037	217.361	

Movimentação dos créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora:

		31 de dezembro de
	2020	2019
Saldo inicial do exercício	198.044	85.390
Saldo incorporado	37.542	46.488
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora	373.363	485.940
Co-participação	120.888	141.282
Recebimentos	(540.400)	(555.541)
Provisão glosa sobre crédito	(2.177)	(5.402)
(Provisão) / reversão para perda sobre crédito	(3.611)	(113)
Saldo no final do exercício	183.649	198.044

A movimentação das provisões para perdas sobre crédito é como segue:

		Não relacionado com	
	Planos de saúde	plano de saúde	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(33.471)	(6.570)	(40.041)
Saldo incorporado	(4.025)	(1.211)	(5.236)
Reclassificação	3.569	(3.569)	-
Constituições	(468.279)	(121.275)	(589.554)
(-) Reversões	459.002	117.654	576.656
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(43.204)	(14.971)	(58.175)

10. Despesas diferidas e despesas de comercialização diferidas

As despesas de comercialização são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou com a expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no saldo da conta "Despesas de comercialização diferidas" no ativo circulante e não circulante. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as despesas de comercialização diferidas estão compostas da seguinte forma:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	31 de	dezembro de
_	2020	2019
Saldo inicial do exercício	364.833	256.310
Saldo incorporado	556	13.443
Constituições	393.109	314.270
(-) Amortização	(294.362)	(219.190)
Saldo no final do exercício	464.136	364.833
Ativo circulante	234.578	186.085
Ativo não circulante	229.558	178.748

11. Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	31 de dezembro de		
	2020	2019	
Imposto de renda	37.756	42.834	
Contribuição social sobre o lucro	10.157	9.097	
Imposto de renda retido na fonte	11.491	6.899	
Crédito de previdência social	123	16.820	
Créditos de PIS e COFINS	5.769	5.773	
Crédito de ISS	240	628	
Créditos tributários e previdenciários	65.536	82.051	

12. Bens e títulos a receber

	31 de dezembro de			
	2020	2019		
Depósito judicial ISS – SP (a)	376.929	258.215		
Estoques (b)	84.450	43.754		
Adiantamento a funcionários	10.977	12.069		
Adiantamento de comissões	839	956		
Adiantamento a fornecedores	38.079	21.767		
Outros títulos a receber	13.093	9.005		
	524.367	345.766		

a. Refere-se a depósitos judiciais relativos ao Imposto sobre Serviços (ISS). O valor depositado é relacionado à provisão demonstrada na nota explicativa 21. Em virtude de o depósito ser realizado na data de vencimento do tributo, ou seja, no mês subsequente ao da provisão há um descasamento entre o depósito judicial e a provisão.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

b. Estoques

	31 de dezembro de		
	2020	2019	
Material cirúrgico	41.027	14.424	
Medicamentos	32.107	20.491	
Material de escritório	1.981	883	
Material gráfico	904	609	
Material de limpeza	1.037	564	
Material para SND	1.097	819	
Material de radiologia	902	603	
Material de cozinha	99	49	
Uniformes	1.403	1.054	
Material de rouparia	4	4	
Material de laboratório	5.624	6.520	
(-) Provisão para perdas	(1.735)	(2.266)	
	84.450	43.754	

13. Títulos e créditos a receber

	31 de dezembro de			
	2020	2019		
Contas a receber de planos de saúde (a)	7.821	7.127		
Depósitos caução	-	2.075		
Bloqueio judicial	6.944	5.190		
Imóveis a receber	-	2.314		
Outros títulos	2.914	2.958		
	17.679	19.664		

a. Refere-se a valores a receber de beneficiários dos nossos planos de saúde que estão discutindo judicialmente cláusulas contratuais e efetuaram depósitos judiciais.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

14. Ativo fiscal diferido e provisão para tributos diferidos

				Reconhecido na demonstração	Incorporações
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:	2020	2019	Variação	do resultado	no período
Provisões para ações judiciais (Contingência cíveis, fiscais e trabalhistas)	149.253	159.636	(10.383)	(21.205)	10.822
Provisão para perdas sobre crédito (PPSC)	42.642	23.604	19.038	5.211	13.827
Provisão de eventos do SUS	111.888	78.694	33.194	32.912	282
Crédito fiscal de ágio apurado na incorporação (*)	136.398	154.413	(18.015)	(18.015)	
Provisão infrações ANS	3.510	1.603	1.907	(185)	2.092
Outras adições	44.804	22.876	21.928	21.239	689
Ativo fiscal diferido	488.495	440.826	47.669	19.957	27.712
Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:					
Correção monetária de depósito judiciais	(33.936)	(27.307)	(6.629)	(6.629)	-
Amortização do intangível para fins fiscais	(2.168)	(2.176)	8	8	-
Depreciações e amortizações	(21.408)	(7.753)	(13.655)	(13.655)	-
Passivo fiscal diferido sobre amortização de ágio para fins fiscais	(157.032)	(65.872)	(91.160)	(91.160)	-
Outros	(12.598)	(12.122)	(476)	(476)	-
Provisão para tributos diferidos	(227.142)	(115.230)	(111.912)	(111.912)	-
Total do imposto diferido líquido	261.353	325.596	(64.243)	(91.955)	27.712

(*) Crédito fiscal referente a incorporação das empresas Bain Capital Brazil Participações Ltda. em 30 de novembro de 2014, o qual deverá ser consumido no prazo de 10 anos, com base na estimativa de lucros futuros apurados em laudo de avaliação realizado por empresa independente.

Os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que essas sejam liquidadas ou realizadas em um prazo não superior a 10 anos. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração. Com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, a expectativa da Administração para a realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	TOTAL
66.092	66.092	66.092	66.092	48.077	35.210	35.210	35.210	35.210	35.210	488.495
										488.495

Em 31 de dezembro de 2020, Companhia realizou, para fins fiscais, amortização de ágio no montante de R\$1.574.161, gerando aproveitamento de créditos fiscais no valor de R\$535.817 desde a constituição, estando em conformidade com o estudo técnico e com o plano de negócios e projeções da Administração.

.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do período é demonstrada como segue:

	31 d	31 de dezembro de	
	2020	2019	
Lucro antes dos impostos	1.251.045	866.482	
À alíquota fiscal de 34%	(425.355)	(294.604)	
Equivalência patrimonial	8.364	17.804	
Remuneração variável dos administradores	(7.015)	(7.826)	
Despesas indedutíveis	(8.343)	-	
Juros sobre o capital próprio	15.538	33.830	
Outras exclusões (adições) permanentes	(16.291)	(6.040)	
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na			
demonstração do resultado	(433.102)	(256.836)	
Despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes	(341.147)	(200.577)	
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferidos	(91.955)	(56.259)	
Alíquota	35%	30%	

15. Depósitos judiciais e fiscais

Destacamos a seguir a origem para a Companhia efetuar os depósitos judiciais:

	31 de dezembro de 2019	Saldo Incorporado	Adição/ (baixas) depositos	Atualização	31 de dezembro de 2020
Fiscais	81.366	698	(1.990)	3.985	84.059
Trabalhista	25.551	-	(31)	1.691	27.211
Regulatórios/Cíveis	50.366	5.141	5.539	2.047	63.093
Depósitos judiciais – SUS	234.915	1.366	194.991	10.982	442.254
Outros depósitos	19.224	-	<u> </u>	-	19.224
	411.422	7.205	198.509	18.705	635.841
	31 de dezembro de 2018	Saldo Incorporado	Adição/ (baixas) depositos	Atualização	31 de dezembro de 2019
Fiscais	73.936	-	5.835	1.595	81.366
Trabalhista	25.673	386	(1.877)	1.369	25.551
Regulatórios/Cíveis	42.534	17.222	(9.733)	343	50.366
Depósitos judiciais – SUS	91.131	4.077	134.356	5.351	234.915
Outros depósitos	19.224	-	<u>-</u>		19.224
	252.498	21.685	128.581	8.658	411.422

Fiscais – conforme apresentado na nota explicativa 24, a Companhia possui discussões processuais e aguarda decisão judicial e administrativa. A Companhia conforme orientação de seus advogados, efetuaram depósitos judiciais e aguarda a conclusão da lide;

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Trabalhistas – depósitos efetuados pela Companhia para fazer frente a questionamentos de contingências, conforme apresentado na nota explicativa 24, com natureza reclamatória trabalhista, danos morais, ações coletivas e cível pública.

Regulatórios/Cíveis – corresponde a depósitos judiciais e tem como natureza a cobrança indenizatória, obrigação de fazer, revisional, inexigibilidade de débito e execução declaratória. O registro das contingências regulatórias/cíveis apresentadas na nota explicativa 24 está relacionado a estes depósitos.

Depósitos judiciais – SUS – A Companhia questiona judicialmente os valores cobrados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS a título de "Ressarcimento ao SUS", que trata o artigo 32 da Lei nº 9.656/98. A Companhia não atribuiu prognóstico de risco por se tratar de garantia da efetivação da tutela jurisdicional.

16. Outros créditos a receber de longo prazo

	31 de dezembro de		
	2020	2019	
Depósitos caução	842	417	
Partes relacionadas 1	391.769	320.468	
Obrigações contratuais ²	576.661	490.786	
Outros créditos	5.580	4.604	
Escrow Green Line ²	74.045	76.715	
Diferencial SWAP cambial a receber	4.134	-	
	1.053.031	892.990	

¹ Transações com partes relacionadas com sua Controladora indireta Notre Dame Intermédica Participações S.A. conforme nota explicativa 34.

² Conforme instrumento particular de compra de venda de ações e outras avenças ficaram definidos que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar conforme quadro abaixo e Escrow da Green Line de R\$ 74.045.

	31 de dezembro de		
	2020	2019	
Belo Dente	490	-	
Family	13.904	12.662	
Hospital São Bernardo	24.318	8.200	
Hospital Nova Vida	8.913	13.251	
Samci	12.231	11.959	
Unimed ABC	1.715	1.407	
Crusam	57.801	54.512	
Grupo Samed	64.667	65.160	
Grupo Green Line	321.214	323.635	
Grupo São José	20.182	-	
Grupo Ghelfond	12.365	-	
Ecole	3.516	-	
Mediplan	17.372	-	
São Lucas	15.610		
Santa Mônica	2.363		
	576.661	490.786	

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

17. Investimentos

a) A movimentação do investimento na Companhia ocorreu da seguinte forma:

								Eq	uivalência Patrimonia	<u> </u>	
Controladas	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Incorporação no período	Efeito liquido de aquisição por cessão de quotas	Alteração na participação societária	Baixa de Investimento	Aquisição de controladas	Aumento de capital	Equivalência patrimonial do exercício	Efeito líquido da combinação de negócios	Total	Saldo em 31 de dezembro de 2020
São Lucas	-	-	-	-	(41)	371.223	-	32.009	(9.662)	22.347	393.529
São José	56.340	(53.157)	-	-	-	-	2.000	(4.729)	(454)	(5.183)	-
Belo Dente	77.036	(75.249)	-	-	-	-	-	(332)	(1.455)	(1.787)	-
Mediplan	200.060	(199.271)	-	-	-	-	-	19.472	(20.261)	(789)	-
Ecole	-	(46.178)	-	-	-	47.341	-	87	(1.250)	(1.163)	-
SMV Serviços Médicos	-	-	-	-	-	112.156	-	16	(1.148)	(1.132)	111.024
Subtotal Operadora de planos de											
assistência à saúde	333.436	(373.855)	-		(41)	530.720	2.000	46.523	(34.230)	12.293	504.553
Hospital São Bernardo	359.403	-	-	-	-	-	29	(5.861)	(1.237)	(7.098)	352.334
Hospital Samaritano	168.231	(186.949)	-	-	-	-	-	20.847	(2.129)	18.718	-
Hospitital e Maternidade Samaritano	3.924	(7.075)	-	-	-	-	1.500	1.651	-	1.651	-
Nanci & Cia	55.820	(61.134)	-	-	-	-	-	4.344	970	5.314	-
Ultra Diagnostico	-	(1.642)	1.374	-	-	-	-	354	(86)	268	-
Inst Tom. Guarulhos	-	(2.221)	1.112	-	-	-	-	1.109	-	1.109	-
Ecoimagem Diagnostico	-	(1.309)	589	-	-	-	-	720	-	720	-
C&M Assoc Serv Medi	-	(3.588)	2.221	-	-	-	950	455	(38)	417	-
Slim Bem Estar	-	(245)	375	-	-	-	40	(170)	-	(170)	-
Medix	-	(2.281)	1.800	-	-	-	-	481	-	481	-
Dr Ghelfond Diagnost.	-	9.861	(39.140)	-	-	-	40.610	(10.894)	(437)	(11.331)	-
INCORD	-	-	-	-	-	4.320	-	78	(19)	59	4.379
Hospital Santa Mônica	-	-	-	203	-	52.368	8.940	(686)	(855)	(1.541)	59.970
Bioimagem	-	-	-	(47)	-	21.525	750	500	(96)	404	22.632
Subtotal - Participações societárias em											
rede assistencial	587.378	(256.583)	(31.669)	156	-	78.213	52.819	12.928	(3.927)	9.001	439.315
Ghelfond Particip.	153.874	(172.115)	14.899	-	-	-	-	19.231	(15.889)	3.342	-
Outros Investimentos	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11
Subtotal Participações em outras		-									
sociedades	153.885	(172.115)	14.899				-	19.231	(15.889)	3.342	11
Total	1.074.699	(802.553)	(16.770)	156	(41)	608.933	54.819	78.682	(54.046)	24.636	943.879

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

b) O sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas diretas estão a seguir:

				31 de dezembro de 2020			
Controladas diretas	Partic. Societária	Ativo	Passivo	Patrimonio Liquido	Resultado		
São Lucas	100%	126.361	56.041	70.320	32.009		
São José	100%	-	-	-	(4.729)		
Belo Dente	99%	-	-	-	(335)		
Mediplan	100%	-	-	-	19.472		
Ecole	100%	-	-	-	87		
SMV Serviços Médicos	1,40%	27.918	14.968	12.950	1.162		
Hospital São Bernardo	100%	213.115	40.170	172.945	(5.861)		
Hosp. Samaritano	100%	-	-	-	20.847		
Mater. Samaritano	100%	-	-	-	1.651		
Nanci & Cia	100%	-	-	-	4.344		
Ultra Diagnostico	100%	-	-	-	354		
Inst Tom. Guarulhos	100%	-	-	-	1.109		
Ecoimagem Diagnostico	100%	-	-	-	683		
C&M Assoc Serv Medi	100%	-	-	-	455		
Slim Bem Estar	100%	-	-	-	(170)		
Medix	100%	-	-	-	(170)		
Dr Guelfond Diagnost.	100%	-	-	-	(10.894)		
Ghelfond Particip.	100%	-	-	-	19.231		
Hospital Santa Mônica	99,57%	72.889	31.761	41.128	(689)		
INCORD	50%	2.062	557	1.505	156		
Bioimagem	51,86%	9.970	11.284	(1.314)	996		

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

18. Imobilizado

	Vida útil	Taxa anual de depreciação - %a.a.	31 de dezembro de 2019	Incorporação	Aquisições	Baixas	Reclassificação	Depreciações	31 de dezembro de 2020
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%	913,762	42.195	858	-	44.950	(19.121)	982.644
Veículos	1 a 10 anos	2%	219	425	-	_	-	(215)	429
Instalações	5 a 10 anos	14%	4.853	268	15	(137)	1.865	(803)	6.061
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%	171.532	56.151	39.780	(364)	1.033	(36.372)	231.760
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%	39.902	2.946	7.491	(247)	1.845	(4.819)	47.118
Equipamentos de computação	5 a 15 anos	25%	25.322	938	491	(247)	5.265	(9.730)	22.286
Imobilizações em curso	3 4 13 41103	25/0	118.723	2.499	80.211	(896)	(47.742)	(3.730)	152.795
Benfeitorias em imóveis de terceiro		-		2.499 8.691			,	(40.547)	
Benieitorias em imoveis de terceiro	os -	-	159.703 1.434.016	114.113	111.585 240.431	(3.301)	(24.833)	(13.517) (84.577)	238.328 1.681.421
			1.434.010	114.113	240.431	(4.945)	(17.017)	(04.377)	1.001.421
	Vida útil	Taxa anual de depreciação - %a.a.	31 de dezembro de 2018	Incorporação	Aquisições	Baixas	Reclassificação	Depreciações	31 de dezembro de 2019
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%	402.747	415.146	73.204	(485)	31.481	(8.331)	913,762
Veículos	1 a 10 anos	2%	217	227	-	-	-	(225)	219
Instalações	5 a 10 anos	14%	4.913	615	-	-	15	(690)	4.853
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%	89.335	74.099	19.736	(568)	3.656	(14.726)	171.532
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%	26.250	6.433	7.405	(222)	3.148	(3.112)	39.902
Equipamentos de computação	5 a 15 anos	25%	19.309	5.879	835	(4)	7.730	(8.427)	25.322
Imobilizações em curso	-	-	74.334	19.113	67.569	(2.504)	(39.789)	-	118.723
Benfeitorias em imóveis de terceiro	os -	-	98.957	1.566	84.700	(1.399)	(8.752)	(15.369)	159.703
			716.062	523.078	253.449	(5.182)	(2.511)	(50.880)	1.434.016

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre a deterioração de ativos ("impairment"). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não havia indicadores de impairment sobre o imobilizado.

O montante de depreciação apurada no exercício é registrado no resultado nas rubricas "Eventos indenizáveis líquidos" e "Despesas administrativas" conforme notas explicativas 27 e 32, respectivamente.

A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requeressem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo imobilizado das demais empresas do grupo.

Durante o período, a Companhia adquiriu ativos imobilizados ao custo total de R\$ 240.431 dos quais R\$ 212.810 foram aquisições com pagamentos no período feitos para aquisição de imobilizado e R\$ 27.621 estão provisionados em rubrica de fornecedores.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

19. Intangível

a. Movimentação do intangível

		31 de dezembro de 2019	Aquisições	Incorporação	Baixas	Reclassificação	Amortização	31 de dezembro de 2020
Aquisição carteira plano saúde	Vida útil (a)	204.713	Aquisições	113.365	Daixas	138	(32.847)	285.369
. , .	` '		-		-		,	
Sistema de computadores	20% a.a.	19.981	566	228	-	16.924	(8.646)	29.053
Ágio adquirido de aquisição de investimento	Indefinida (b)	1.390.268	-	521.209	(5.405)	23.241	(12.208)	1.917.105
Ativos intangíveis		8.888	-	22.686	-	(22.686)	-	8.888
Outros ativos intangíveis	Indefinida (c)	3.929	-	-	-	-	(55)	3.874
		1.627.779	566	657.488	(5.405)	17.617	(53.756)	2.244.289
		31 de dezembro		Saldo				31 de dezembro
		de 2018	Aquisições	Incorporado	Baixas	Reclassificação	Amortização	de 2019
Aquisição carteira plano saúde	Vida útil (a)	49.940	-	170.923	-	183	(16.333)	204.713
Sistema de computadores	20% a.a.	18.950	3.832	5.473	(14)	(354)	(7.906)	19.981
Ágio adquirido de aquisição de investimento	Indefinida (b)	388.619	-	1.001.649	-	-	-	1.390.268
Ativos intangíveis		2.174	4.050	-	-	2.664	-	8.888
Outros ativos intangíveis	Indefinida (c)	3.992	-	-	(16)	18	(65)	3.929
		463.675	7.882	1.178.045	(30)	2.511	(24.304)	1.627.779

Os ativos intangíveis estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre o se valor de recuperação ("*impairment*"). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não havia indicadores de *impairment* sobre o intangível.

O montante de amortização apurada no exercício é registrado no resultado nas rubricas "Eventos indenizáveis líquidos" e "Despesas administrativas" conforme notas explicativas 27 e 32, respectivamente.

A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requeressem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo intangível das demais empresas do grupo.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

(a) Refere-se a aquisição de carteira de plano de saúde e odontológico conforme quadro a seguir:

		Composição de carteira			
		3′	31 de dezembro de		
Grupo / Empresa	Data	2020	2019		
Grupo Santamália	16-nov-15	3.237	6.225		
Hospital Family	23-dez-15	=	1.929		
Unimed ABC	23-set-16	13.442	15.512		
Grupo Cruzeiro do Sul	31-jan-18	13.692	15.403		
Grupo SAMED	01-out-18	21.951	25.695		
Grupo Green Line	01-jan-19	126.981	139.552		
Belo Dente	03-jul-19	37.856	-		
Grupo São José	18-nov-19	5.394	-		
Grupo Mediplan	29-mai-19	49.268	-		
Ecole	13-abr-20	13.173	-		
Outros		375	397		
	- -	285.369	204.713		

As carteiras são amortizadas respeitando as vidas úteis conforme quadro a seguir:

Carteira	Vida útil			
Odontologica	3 a 11 anos			
Saúde	6 a 16 anos			

(b) Refere-se aos ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura com vida útil indefinida e força de trabalho, sendo sempre que necessário apurada a recuperabilidade da unidade geradora de caixa ("impairment").

			31 de dezembro de	
Grupo/Empresa	UGC ¹	Data	2.020	2.019
Grupo Santamália	Saúde	16-nov-15	125.405	125.405
Hospital Family	Saúde	23-dez-15	77.149	77.149
Unimed ABC	Saúde	23-set-16	71.476	71.476
SAMCI/IBRAGE	Saúde	01-mar-17	22.232	22.232
Grupo Nova Vida	Saúde	03-jul-17	148.566	148.566
Grupo Cruzeiro do Sul	Saúde	31-jan-18	56.190	56.190
Grupo Samed	Saúde	01-out-18	76.749	76.749
Grupo Green Line	Saúde	01-jan-19	802.484	812.501
Belo Dente	Odontológica	04-07-19	21.379	-
Grupo Ghelfond	Saúde	28-nov-19	161.698	-
Grupo São José	Saúde	18-nov-19	90.652	-
Grupo Mediplan	Saúde	29-mai-19	223.217	-
Ecole	Saúde	13-abr-20	35.436	-
LabClin	Saúde	13-abr-20	4.472	-
			1.917.105	1.390.268

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

(c) Refere-se à alocação dos outros ativos intangíveis identificáveis na aquisição de empresa (relacionamento com clientes, marcas e acordo de não concorrência) a serem amortizados conforme demonstrado a seguir:

Ativos inta ngíveis	Vida útil
Marcas	30 anos
Relacionamento com clientes	3 a 8 anos
Acordo de não concorrência	5 anos

O montante da amortização apurada no período é registrado no resultado nas rubricas "Eventos indenizáveis líquidos" e "Despesas administrativas" conforme notas explicativas 27 e 32, respectivamente.

b. Teste ao valor recuperável dos ativos

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia realizou teste de valor recuperável das unidades geradoras de caixas (UGCs) decorrente do ágio adquirido pelas aquisições de empresas. As UGCs estão distribuídas nas atividades de Saúde e Odontológica. Demonstramos a seguir o valor contábil do ágio alocado:

	2020	2019
Plano de Saúde	1.895.726	1.390.268
Odontológica	21.379	-
	1.917.105	1.390.268

O teste realizado de valor recuperável em 30 de setembro de 2020 e 2019 considera, entre outros fatores, a relação entre o valor de uso (*value in use*) e o seu valor contábil, quando efetua revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de uso, apurado no laudo por empresa independente contratado pela Companhia é superior ao valor contábil, indicando que não existe indícios de perda por redução ao valor recuperável do ágio. Além disso, a Companhia vem dando sequência ao crescimento orgânico e através de novas aquisições.

Unidade geradora de caixa de atividade de saúde

O valor recuperável da unidade geradora de caixa de atividade de Saúde foi determinado através da metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a data-base da apuração foi 30 de setembro de 2020, com projeção de dez anos, considerando um crescimento de 11,50% a.a. de receita líquida e de 13,70% a.a. de lucro líquido (10,39% a,a, e 11,51% a.a. em 31 de dezembro de 2019, respectivamente).

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A taxa de desconto antes dos impostos foi de 18,38% em 31 de dezembro de 2020 (18,46% em 31 de dezembro de 2019), e o fluxo de caixa referente ao período em que extrapola os dez anos considera uma taxa de crescimento de 6,00% a.a., levando em consideração a perspectiva de inflação de longo prazo de 4,10%, acrescido de 1,90% referente ao crescimento das receitas do último período projetado. Em decorrência da análise de recuperabilidade efetuada, foi identificado um excesso sobre o valor contábil, não sendo, desta forma, necessário o reconhecimento de redução ao valor recuperável para essa unidade geradora de caixa.

Como a data-base do teste de *impairment* foi 30 de setembro de 2020, as empresas adquiridas após esta data, foram avaliadas pelo seu *Purchase Price Allocation* e não foram identificadas evidências de *impairment*.

Unidade geradora de caixa de atividade de odontologia

O valor recuperável da unidade geradora de caixa de atividade odontológico foi determinado por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a data-base da apuração foi 30 de setembro de 2020, com projeção de dez anos, considerando um crescimento de 8,20% a.a. de receita líquida e de 4,50% a.a. de lucro líquido (11,25% a.a. e 6,17% a.a. em 31 de dezembro de 2019, respectivamente). A taxa de desconto antes dos impostos foi de 19,54% em 31 de dezembro de 2020 (19,96% em 31 de dezembro de 2019), e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola os dez anos considera uma taxa de crescimento de 4,10% a.a. Em decorrência da análise de recuperabilidade efetuada, foi identificado um excesso sobre o valor contábil não sendo, dessa forma, necessário o reconhecimento de redução ao valor recuperável para essa unidade geradora de caixa.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade

O cálculo do valor em uso tanto para atividade de saúde quanto odontológica é mais sensível às seguintes premissas:

Margens brutas

Margens brutas são baseadas nos históricos da Companhia. As margens brutas para as unidades geradoras de caixa na atividade de saúde e odontologia foram em média 29,88% e 68,20%, respectivamente. A margem para ambas as atividades tem um incremento moderado nos primeiros quatro anos e após ocorre uma estabilização até o final da projeção.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

• Taxas de desconto

As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O setor de saúde suplementar é em sua maioria financiado por capital próprio, portanto foi adotado como taxa de desconto o custo de capital próprio, calculado pelo CAPM (custo médio ponderado de capital).

As estimativas para o cálculo do CAPM são obtidas com base em índices publicados para os países bem como indicadores de práticas de mercado norte-americano.

Os indicadores macroeconômicos

A Companhia tem considerado o IGP-M, Índice de variação do custo médico hospitalar – IVCMH e o CDI para elaborar seus indicadores, conforme apresentados a seguir:

Indicadores	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
IGM-M ¹	5,12%	3,88%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%
CDI ¹	2,15%	2,15%	4,54%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%
IVCMH1	8,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
4 —			. ~ .	_							

¹ Taxas estimadas pela Administração da Companhia.

• Taxas de crescimento utilizadas para extrapolar os fluxos de caixa além do período explícito de cinco anos

A Administração reconhece que as taxas de crescimento utilizadas consideraram, além do crescimento orgânico, a estratégia de verticalização existente no plano de negócios da Companhia.

20. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

		31	de dezembro de	
	Referência	2020	2019	
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS	a.	661.678	505.381	
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistênciais	b.	413.378	396.119	
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	c.(i).	330.470	330.470 282.113	
Provisão de prêmio / contraprestação não ganha (PPCNG)	c.(ii).	121.589	103.643	
Provisão para remissão	c.(iii).	2.414	1.126	
		1.529.529	1.288.382	
Circulante		1.028.769	946.077	
Não circulante		500.760	342.305	

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

a) Provisão de eventos / sinistro a liquidar para o SUS

Em 3 de junho de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.656, a qual prevê, em seu art. 32, o ressarcimento ao SUS pelos serviços de atendimento à saúde prestados por instituições integrantes do Sistema Único de Saúde aos beneficiários de planos de saúde privados. A Companhia contesta as cobranças na esfera administrativa e judicial em razão de inúmeras irregularidades que impossibilitam a sua efetividade, dentre elas a falta de regulamentação sobre temas infraconstitucionais. Para tais demandas judiciais, a Companhia efetua depósitos judiciais para garantir o suposto débito, conforme descrito na nota explicativa 15.

		31 de dezembro de
	2020	2019
Saldo no início do exercício	505.381	163.785
Saldo Incorporado	13.479	122.944
Avisos recebidos do SUS	65.057	56.304
Cobrança efetiva de eventos SUS	66.420	159.168
Atualização monetaria	26.756	7.127
(-) Pagamentos efetuados de parcelamentos	(15.415)	(3.947)
Saldo no final do exercício	661.678	505.381

b) Provisão de eventos a liquidar está demonstrada a seguir:

	31	de dezembro de
	2020	2019
Saldo no início do exercício	396.119	326.169
Saldo incorporado	20.757	30.957
Avisos recebidos da rede credenciada líquidos de glosas	6.139.604	4.811.486
Gastos com rede própria classificada em eventos	(2.146.150)	(1.738.896)
Pagamentos efetuados para rede credenciada	(3.996.952)	(3.033.597)
Saldo no final do exercício	413.378	396.119

c) Variações das provisões técnicas

	PEONA (i)	PPCNG (ii)	Remissão (iii)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	282.113	103.643	1.126
Saldo Incorporado	8.346	2.002	-
Variação das provisões no exercício	40.011	15.944	1.288
Saldo em 31 de dezembro de 2020	330.470	121.589	2.414

(i) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), classificado no passivo circulante, é apurado por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorridos, mas que não tenham sido notificados a Operadora.
- (ii) Provisão de prêmios e contraprestações não ganhas (PPCNG), classificadas no passivo circulante, consiste em receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores.
- (iii) Provisão para remissão, classificada no passivo circulante e não circulante, consiste em provisões para fazer face à isenção de contraprestações pelos beneficiários, conforme o contrato.

21. Tributos e encargos sociais a recolher

	3	1 de dezembro de
	2020	2019
Imposto sobre serviços (ISS)	389.495	270.083
Contribuição previdenciária	5.775	6.483
FGTS	3.717	3.327
PIS e COFINS	13.838	13.276
Contribuições sindicais e assistenciais	454	405
Parcelamento de tributos e contribuições	11.488	8.234
Outros	1.744	1.954
Impostos devidos a recolher	426.511	303.762
Imposto de renda - funcionários	13.676	12.926
Imposto de renda - terceiros	6.184	5.218
Imposto sobre serviços	4.684	3.008
Contribuição previdenciária retida	6.021	2.895
Retenção PIS/COFINS/CSLL	16.198	13.506
Impostos retidos a recolher	46.763	37.553
Tributos e encargos a recolher	473.274	341.315

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

22. Débitos diversos

31 de	e dezembro de
2020	2019
188.028	145.905
126.052	113.151
27.525	25.169
1.554	51
45.932	18.833
25.140	29.153
3.000	-
417.231	332.262
595.487	418.239
42.291	9.950
29.268	52.005
2.990	2.808
3.250	6.250
27.908	10.941
701.194	500.193
1.118.425	832.455
	2020 188.028 126.052 27.525 1.554 45.932 25.140 3.000 417.231 595.487 42.291 29.268 2.990 3.250 27.908 701.194

(a) Obrigações contratuais

Refere-se a obrigações contratuais nas aquisições de empresas, líquida de juros (AVP), e transações com partes relacionadas, como demonstrado abaixo:

			3	31 de dezembro de
	Indexador	Vencimento	2020	2019
Hospital Family	CDI	01/05/2021	15.941	14.964
SAMCI	CDI	27/12/2021	11.939	11.208
Grupo Nova Vida	CDI	08/07/2022	23.055	21.643
Unimed ABC	-	22/09/2022	22.037	29.153
Hospital São Bernardo	CDI	23/02/2023	28.717	30.966
Grupo Cruzeiro do Sul	95% do CDI	22/02/2024	22.385	20.997
Grupo Green Line	CDI	01/01/2025	214.279	202.279
Grupo Samed	CDI	25/01/2025	39.400	37.421
Grupo Mediplan	90% do CDI	25/05/2025	36.575	34.472
Belo Dente	95% do CDI	03/07/2025	12.299	13.935
Grupo Ghelfond	105% do CDI	28/11/2024	9.439	8.935
Grupo São José	CDI	18/11/2025	22.800	21.419
Grupo São Lucas	Selic	26/01/2026	47.390	-
Ecole	CDI	20/04/2026	9.893	-
Ecoimagem	CDI	01/01/2025	10.184	
Grupo Santa Mônica	CDI	24/08/2026	94.294	
		-	620.627	447.392

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

> (b) O saldo registrado nessa rubrica se refere à taxa de saúde suplementar recolhida trimestralmente da incorporada Green Line Sistema de Saúde S.A., conforme RN 89/2005, em que se calcula a quantidade de beneficiários de acordo com a faixa etária, sendo que R\$ 28.428 está parcelado junto à ANS e R\$ 5.491 está em discussão.

23. Empréstimos e financiamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2020, os principais contratos de empréstimos e financiamentos eram compostos como segue:

					31	de dezembro de
			2020			2019
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos	14.107	317.826	331.933	202.597	-	202.597
Debêntures	10.690	797.696	808.386	18.289	798.117	816.406
	24.797	1.115.522	1.140.319	220.886	798.117	1.019.003

(i) Empréstimos

dezembro de	31 de						
2019	2020						
Valor	Valor	Juros a.a (%)	Amortização	Vencimento	Indexador	Instituição financeira	Linha de crédito
202.295	-	2,17%	Semestral	28/12/2017 a 28/12/2020	85%CDI+1,995%a.a.	Citibank	Capital de Giro
-	1.029	6,42%	Mensal	28/08/2018 a 15/09/2023	TJLP	Bradesco	BNDES
-	3.059	17,87%	Mensal	16/10/2017 a 18/10/2021	CDI	Bradesco	Capital de Giro
-	521	14,57%	Mensal	27/09/2017 a 27/09/2022	CDI	Bradesco	Leasing
36	-	14,14%	Mensal	08/06/2015 a 08/06/2020	CDI	Bradesco	Leasing
84	-	18,62%	Mensal	19/09/2017 a 19/09/2020	CDI	Bradesco	Leasing
130	-	18,62%	Mensal	19/09/2019 a 19/08/2020	CDI	Bradesco	Leasing
-	574	2,67%	Mensal	31/05/2013 a 15/06/2023	CDI	Banco do Brasil	Leasing
-	298.468	2,70%	Mensal	30/09/2020 a 28/08/2025	CDI + 2.3% a.a	Banco do Brasil	Capital de Giro
-	84	13,76%	Mensal	30/11/2018 a 30/11/2022	CDI	HP Financial	Leasing
-	17	14,44%	Mensal	14/02/2019 a 14/02/2022	CDI	HP Financial	Leasing
-	5.059	4,16%	Mensal	01/06/2018 a 15/05/2023	CDI	Itau	Capital de Giro
-	5.771	1,13%	Mensal	03/07/2019 a 07/12/2023	CDI	Itau	Capital de Giro
-	10	26,44%	Mensal	23/01/2018 a 26/02/2022	CDI	Itau	Capital de Giro
-	2	14,33%	Mensal	27/10/2017 a 31/10/2022	CDI	Itau	Capital de Giro
-	10.438	1,38%	Mensal	29/01/2019 a 08/01/2024	CDI	Itau	Capital de Giro
-	3.987	11,62%	Mensal	01/06/2018 a 01/06/2023	CDI	Santander	Capital de Giro
-	451	10,43%	Mensal	07/05/2018 a 07/05/2023	CDI	Santander	Leasing
-	2.245	11,80%	Mensal	13/10/2017 a 13/10/2021	CDI	Santander	Capital de Giro
-	8	20,53%	Mensal	23/01/2018 a 29/07/2021	TJLP	Itau	BNDES
-	208	14,01%	Mensal	30/08/2018 a 30/08/2021	CDI	Santander	Leasing
52	2						Outros
202.597	331.933						

A Companhia entende que os empréstimos e financiamentos estão registrados próximo ao seu valor justo, classificado como nível 2.

Apresentamos a movimentação em 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2019:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	31	de dezembro de
	2020	2019
Saldo inicial do exercício	202.597	265.971
Saldo Incorporado	39.482	37.189
Captação	300.000	-
Custo com captação	(1.800)	-
Apropriação custo	120	-
Pagamento principal	(206.901)	(105.199)
Juros Pagos	(10.502)	(13.146)
Ajuste valor presente	22	191
Juros	8.915	17.591
Saldo final do exercício	331.933	202.597

(ii) Debêntures

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o saldo no balanço patrimonial é como segue:

	Unidades						
Modalidade	emitidas	Emissão	Vencimento	Encargos médios	Captação	2020	2019
3º emissão	800.000	01/08/2019	01/08/2024	100% Taxa DI + 1,6% a.a.	800.000	808.386	816.406
					•	808.386	816.406

a) Terceira emissão pública

A Companhia captou, em 1º de agosto de 2019, o montante de R\$ 800.000, por meio de emissão de 800 debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM no 476/2009, com o objetivo de reperfilamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço do capital de giro.

O prazo total é de 5 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga em 3 parcelas anuais, sendo o primeiro pagamento no 3° ano contado da data de emissão, em que o primeiro pagamento será em 1° de agosto de 2022 e o último em 1º de agosto de 2024. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread 1,60% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

A movimentação das debêntures pode ser assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	816.406
Juros creditados	34.914
Apropriação do custos de captação	885
Juros pagos	(43.819)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	808.386

A amortização do saldo das debêntures ocorrerá conforme cronograma abaixo:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A	Circulante	Não circulante	31 de dezembro de 2020
Ano	Circulante	Não circulante	2020
12 meses	10.690		10.690
25 a 36 meses	-	265.284	265.284
37 a 48 meses	-	265.745	265.745
49 a 60 meses		266.667	266.667
	10.690	797.696	808.386

A Companhia entende que as debêntures estão registradas próximas de seu valor justo e classificadas como nível 2.

Cláusulas Restritivas (Covenants)

A Companhia possuí cláusulas restritivas que podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento da dívida se a Companhia não cumprir com essas cláusulas restritivas.

A 3º emissão pública emitida pela Companhia possuí índice e montante mínimo e máximo, conforme requerido pela cláusula restritiva no contrato que são:

A relação entre dívida líquida e o EBTIDA ajustado da Companhia, precisa ser igual ou inferior a 2,5 (dois e meio), durante a vigência de contrato e atualizado conforme cláusula contratual.

A Companhia se encontra adimplente com *covenants*.

Garantias

A Companhia possuí recursos aplicados suficientes para honrar com o cumprimento do contrato.

Como garantia real, o Fiador Original concede fiança em favor dos debenturistas conforme termos do contrato de emissão de debêntures.

Resgate antecipado

A emissão da Companhia poderá ser resgatada antecipadamente, a partir da data vinculada no contrato de emissão, mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos debenturistas.

24. Provisões para ações judiciais e fiscais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a certas contingências e certos riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, regulatórios/cíveis e tributários com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Para as contingências consideradas provável, e, também, independentemente do prognóstico de perda, todos os processos cuja lide enseja obrigação originada em lei, são apresentados como segue:

	31 de dezembro de 2019	Saldo incorporado	Principal / (reversão)	Pagamentos	Atualização	31 de dezembro de 2020
Fiscais	383.051	6.785	(42.173)		(2.601)	345.062
Trabalhista	205.692	7.984	6.396	(21.810)	14.680	212.942
Regulatórios/Cíveis	231.795	31.907	(16.981)	(37.649)	30.963	240.035
	820.538	46.676	(52.758)	(59.459)	43.042	798.039
	31 de dezembro de 2018	Saldo incorporado	Principal / (reversão)	Pagamentos	Atualização	31 de dezembro de 2019
Fiscais	98.916	280.778	1.252	-	2.105	383.051
Trabalhista	130.202	67.437	17.201	(19.336)	10.188	205.692
Regulatórios/Cíveis	120.474	105.603	27.276	(36.210)	14.652	231.795
	349.592	453.818	45.729	(55.546)	26.945	820.538

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais

- A Companhia questiona judicialmente a incidência do ISS (município de São Paulo) sobre seu faturamento durante o período de novembro de 2001 a dezembro de 2002. Em decisão de 1ª instância foi julgada procedente a ação. Diante do acórdão que deu provimento ao recurso de apelação da municipalidade, foram opostos embargos infringentes.
- A Companhia discute judicialmente o direito à incidência do ISS sobre diferença entre os valores recebidos na atividade de plano de saúde e os repassados a terceiros que efetivamente prestarem o serviço. Houve o trânsito em julgado favorável à Companhia, determinando a conversão em renda dos valores devidos recolhidos por meio de depósito judicial, face à indisponibilidade sistêmica da municipalidade. Diante da decisão terminativa do processo, a municipalidade iniciou procedimentos internos para operacionalização do "modus operandi" para recolhimento sistêmico.
- A Companhia questiona judicialmente a tributação do ISS no município de Campinas sobre a atividade desenvolvida nesta municipalidade e a constitucionalidade do item 4.23 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003 e da Lei Municipal nº 11.829.
- A Companhia questiona judicialmente uma Execução Fiscal indevida objetivando a cobrança de suposto crédito tributário a título de ISS referente ao exercício de 2005. Foi

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

determinada judicialmente a suspensão da Execução Fiscal e a Companhia aguarda julgamento dos Embargos.

- A Companhia questiona judicialmente a aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) sobre a alíquota prevista para a contribuição ao SAT/RAT, determinando-se à Autoridade coautora que se abstenha da prática de quaisquer atos tendentes à cobrança dos valores supostamente devidos, em razão da aplicação desse fator, dentre eles a negativa de renovação da Certidão de Regularidade Fiscal. Requer-se, outrossim, o reconhecimento do direito de crédito da Impetrante.
- A Companhia questiona judicialmente o auto de infração relativo às diferenças de valores de recolhimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, baseado na premissa de suposta existência de relação de vínculo empregatício com terceiros (pessoas jurídicas).

Trabalhistas

A Companhia possui ações judiciais de natureza trabalhista que discute o reconhecimento de vínculo empregatício e de verbas trabalhistas e/ou rescisórias.

Regulatórios/Cíveis

- A companhia possui ações judiciais movidas por beneficiários do Plano de Saúde que buscam obter a cobertura contratual de Internações, Tratamento Médico e Liberação de Cirurgias em desacordo com as condições contratuais firmadas ou das regulamentações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS que regulam a matéria. Em geral relacionam-se com: carência, procedimentos não previstos no Rol de Cobertura Obrigatória da ANS ou em desacordo com as Diretrizes de Utilização - DUT, procedimentos estéticos, abrangência geográfica, internação fora da rede credenciada
- A companhia possui ações judiciais movidas por beneficiários do Plano de Saúde que discutem os montantes de reajustes aplicados sobre os contratos. Referidas ações visam declaração de nulidade da cláusula de reajuste dos contratos firmados que são regulados pela ANS ou requerem a aplicação de índice diverso daquele contratado.
- A Companhia possui ações judiciais movidas por beneficiários do Plano de Saúde que visam a manutenção individual do beneficiário desligado do contrato coletivo empresarial. Os autores buscam a permanência mesmo sem atender as condições dos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98, a permanência por período maior que o previsto em lei ou a transferência para planos individuais com a manutenção da contraprestação cobrada no plano coletivo.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- A Companhia possui ações judiciais movidas que visam a manutenção de contratos de assistência à saúde que foram rescindidos pela Companhia por inadimplência, desacordo comercial, fim de vigência, etc. Os autores buscam a anulação de cláusula que autoriza a rescisão para manutenção do vínculo contratual.
- A Companhia possui ações judiciais movidas por beneficiários do Plano de Saúde que visam o reconhecimento de suposta má prática médica e ou odontológicas por parte dos propostos da Companhia nos procedimentos fornecidos aos beneficiários, imputandolhe responsabilidade solidária nos pedidos de indenização por danos materiais, morais e/ou estéticos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou outras ações de naturezas regulatórias/cíveis, trabalhistas e tributárias no montante total reclamado de R\$ 2.501.695 (R\$ 428.356 em 31 de dezembro de 2019), que, de acordo com consultores jurídicos, apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não foram provisionadas.

		31 de dezembro de
	2020	2019
Fiscais	1.916.292	23.726
Trabalhista	197.107	124.940
Regulatórios/Cíveis	388.296	279.690
	2.501.695	428.356

As principais causas de natureza cível, trabalhista e tributária classificadas como possíveis, são apresentadas a seguir:

Fiscais

- A companhia possui ação judicial figurando no polo Ativo, pelo procedimento comum com pedidos de tutela provisória de urgência, em face da União (Fazenda Nacional), visando sejam julgadas procedentes as demandas para o fim de se declarar a inexistência de relação jurídico tributária entre as partes Autora e Ré quanto às exigências, em função planos de opções, das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários e demais contribuições de terceiros (Salário-Educação, INCRA, SESC, SENAC e Sebrae).
- A Companhia possui ação judicial onde questiona judicialmente o auto de infração relativo às diferenças de valores de recolhimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, baseado na premissa de suposta existência de relação de vínculo empregatício com terceiros (pessoas jurídicas).
- A Companhia possui processo administrativo que consubstancia a cobrança indevida de glosa de compensação de natureza previdenciária declaradas em

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações a Previdência Social (GFIP), no período compreendido de maio de 2012 a fevereiro de 2017.

 A Companhia possui processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança indevida do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), relativos ao ano-calendário de 2013.

Trabalhistas e Regulatórios/Cíveis

Em linhas gerais a natureza desses processos são os mesmos detalhados acima. A companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizado em 28 de outubro de 2020 a Controladora da Companhia aprovou o aumento de capital em R\$ 900.000 passando o capital social de R\$ 2.457.225 para R\$ 3.357.225.

As ações representativas subscritas e integralizadas pela controladora BCBF Participações S.A., foram provenientes de seu aumento de capital realizado nessa mesma data por meio de recursos da Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social é de R\$ 3.357.225 (R\$ 2.457.225 em 31 de dezembro de 2019), totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.963.635.111 ações ordinárias, sem valor nominal (1.063.635.111 ações ordinárias, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2019).

b) Reservas de lucros

Correspondem à parcela do lucro líquido remanescente, após as deduções legais e a constituição da reserva legal, ao final de cada exercício social, com o propósito de manutenção do capital de giro ou de futura deliberação dos acionistas.

(i) Reserva legal – constituída obrigatoriamente pela Operadora, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzidos do prejuízo acumulado, até que seu valor atinja 20% do capital social.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

> (ii) Reserva estatutária – conforme Estatuto Social vigente, a Assembleia Geral decidirá sobre o saldo dos lucros remanescentes, após a dedução de prejuízos acumulados e destinação de reserva legal, a atribuição à reserva (retenção de lucros) para futuros aumento de capital, futuros abatimentos de prejuízos ou a distribuição complementar de dividendos.

c) <u>Destinação do lucro</u>

O estatuto social da Operadora prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório, de no mínimo 5% sobre o lucro líquido a ser distribuído, observado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a legislação brasileira, a Operadora poderá distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP") sendo que esta distribuição está sujeita ao imposto de renda na fonte (IRRF) a alíquota de 15% sobre o valor deliberado.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia distribuiu o montante de R\$ 45.700 a título de juros sobre capital próprio (R\$ 38.845 líquido de Imposto de renda), e R\$ 1.770 de dividendos (R\$ 99.500 e R\$ 14.400, respectivamente em 31 de dezembro de 2019), conforme demonstrado abaixo:

	31 de dezembro d		
	2020	2019	
Lucro líquido publicado no final do exercício	817.943	609.646	
Lucro líquido no final do exercício	817.943	609.646	
Reserva a disposição do acionista	<u>-</u>		
	817.943	609.646	
(-) Reserva legal - 5%	(40.897)	(30.482)	
	777.046	579.164	
Deliberações AGE:		_	
Dividendos aprovados	(1.770)	(14.400)	
Juros sobre capital próprio	(45.700)	(99.500)	
Total distribuído	(47.470)	(113.900)	
Lucro líquido disponível	729.576	465.264	

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

(i) Margem de solvência

	31 de dezembro de		
	2020	2019	
Patrimônio líquido	5.610.568	3.940.094	
Adições:	<u> </u>	14.599	
(+) Intangível(+) Obrigações legais classificadas no passivo não circulante	- -	4.094 10.505	
De duções:	(3.211.676)	(2.334.570)	
(-) Despesa de comercialização diferida	(464.135)	(364.833)	
(-) Participações em entidades reguladas(-) Ativo não circulante intangível	(499.836) (2.242.372)	(333.435) (1.627.779)	
(-) Despesas antecipadas	(5.333)	(8.523)	
Patrimônio mínimo ajustado	2.398.892	1.620.123	
a) 0,20 média dos prêmios retidos dos últimos 12 meses	1.864.432	1.340.956	
b) 0,33 média dos sinistros retidos dos últimos 36 meses Margem de solvência 75% (77,90% em 2019) (maior entre (a) e (b))	1.913.654 1.435.240	1.379.963 1.074.991	
margeni de sorvenda 13% (11,30% etti 2013) (maior ettie (a) e (b))	1.435.240	1.074.991	
Suficiência de capital	963.652	545.132	

26. Contraprestações líquidas

a. Contraprestações

	3	11 de dezembro de
	2020	2019
Contraprestações emitidas de assistência à saúde	8.967.183	6.581.106
Contraprestações emitidas de assistência odontologica	310.971	244.286
Contraprestações canceladas	(33.230)	(27.915)
Contraprestações de assistência à saúde – assumidas	8.097	6.915
Contraprestações de assistência à saúde – cedida	(151.778)	(99.455)
	9.101.243	6.704.937
·		·

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

b. Corresponsabilidades

A Agência Nacional de Saúde (ANS), publicou a RN 446/19 em 01de novembro de 2019, que altera o capítulo V da RN 435/2018, que dispõe sobre a divulgação do reconhecimento dos valores em Corresponsabilidade transferida e assumida nos exercícios findos em 2020 e 2019.

	Preço Preestabe	elecido	Preço Pós-estabe	lecido	
Corresponsabilidade transferida	31 de	dezembro de	31 de dezembro de		
-	2020	2019	2020	2019	
Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	151.777	99.455	-	-	
Total cobertura assistencial preço preestabelecido	151.777	99.455	-	-	
Corresponsabilidade assumida	Rede própi 31 de	ia dezembro de	Outras operado	oras Iezembro de	
_	2020	2019	2020	2019	
Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	2	6	1	4	
Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	3.055	3.268	2.598	2.942	
Total cobertura assistencial preço preestabelecido	3.057	3,274	2,599	2.946	

27. Eventos indenizáveis líquidos

a. Eventos indenizáveis

	31 de dezembro de		
	2020	2019	
Eventos conhecidos ou avisados	(6.148.552)	(4.815.333)	
Avisos recebidos do SUS	(66.695)	(56.304)	
Depreciação e amortização	(106.894)	(49.938)	
(-) Recuperação de eventos indenizáveis	120.888	141.282	
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(33.899)	(32.781)	
	(6.235.152)	(4.813.074)	

b. Abertura dos eventos

Abertura de eventos indenizáveis de acordo com a natureza dos planos: (Preenchido com valores líquidos de Glosas, Recuperação por Co-Participação e Outras Recuperações).

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	INDIVIDU	JAL/FAMILIAR	COLETIVO EM	IPRESARIAL	COLETIVO PO	OR ADESÃO		TOTAL
DESCRIÇÃO	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Contraprestações líquidas	1.021.854	302.863	7.515.133	5.825.747	668.784	645.547	9.205.771	6.774.157
Tributos diretos (PIS/COFINS)	(15.904)	(4.289)	(116.965)	(82.497)	(10.409)	(9.141)	(143.278)	(95.927)
RECEITA LÍQUIDA	1.005.950	298.574	7.398.168	5.743.250	658.375	636.406	9.062.493	6.678.230
Eventos indenizáveis (*)	(762.397)	(378.737)	(5.401.508)	(3.876.853)	(420.567)	(397.937)	(6.584.472)	(4.653.527)
Consultas médicas	(121.693)	(45.756)	(880.764)	(595.783)	(59.005)	(36.102)	(1.061.462)	(677.641)
Outros atendimentos ambulatoriais	(7.206)	(7.118)	(26.026)	(22.570)	(2.339)	(1.858)	(35.571)	(31.546)
Exames	(211.624)	(127.229)	(1.707.619)	(1.395.536)	(130.956)	(127.715)	(2.050.199)	(1.650.480)
Terapias	(40.212)	(18.872)	(236.325)	(136.863)	(23.163)	(13.892)	(299.700)	(169.627)
Internações	(381.662)	(179.631)	(2.550.774)	(1.719.991)	(205.104)	(215.212)	(3.137.540)	(2.114.834)
Demais despesas médico- hospitalares	-	(131)	-	(6.110)	-	(3.158)	•	(9.399)
LUCRO BRUTO	243.553	(80.163)	1.996.660	1.866.397	237.808	238.469	2.478.021	2.024.703
Despesas de comercialização	(58.220)	(16.986)	(428.174)	(326.736)	(38.104)	(36.205)	(524.498)	(379.927)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	185.333	(97.149)	1.568.486	1.539.661	199.704	202.263	1.953.523	1.644.776

^(*) Exclui provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA) e reservas técnicas de sinistros.

28. Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora, líquida de tributos

	31 de dezembro de		
	2020	2019	
Outras prestações de serviços	-	985	
Outras receitas	24.088	29.640	
Prestação de serviços médico-hospitalar	368.909	475.882	
	392.997	506.507	

29. Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Perdas efetivas	(86.014)	(79.142)
Outras despesas operacionais	(592)	(976)
	(86.606)	(80.118)

30. Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora

	31 de dezembro de		
	2020	2019	
Outros custos de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde			
da Operadora	(278.521)	(276.332)	
Despesa com pessoal	(96)	(20)	
Materiais diversos	(1)	(18)	
	(278.618)	(276.370)	

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

31. Despesas de comercialização

	31 de dezembro	
	2020	2019
Remuneração - pessoal próprio	(8.141)	(10.123)
Apropriação despesa de agenciamento diferido	(294.362)	(219.190)
Comissões	(221.995)	(150.614)
	(524.498)	(379.927)

32. Despesas administrativas

		31 de dezembro de
	2020	2019
Pessoal	(414.761)	(329.449)
Serviços de terceiros	(205.141)	(161.607)
Localização e funcionamento	(77.654)	(79.624)
Tributos	(8.247)	(6.282)
Publicidade e propaganda	(17.423)	(15.611)
Provisão (reversão) para contingências	(29.857)	(41.617)
Depreciação e amortização	(31.439)	(25.246)
Taxas, emolumentos, multas e juros	(4.656)	(8.287)
Outras	(756)	(3.686)
	(789.934)	(671.409)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

33. Resultado financeiro líquido

	31 de	dezembro de
	2020	2019
Receitas com aplicações financeiras ¹	40.686	79.610
Juros recebidos	29.567	22.703
Variação monetária ativa	19.068	9.546
Receitas com variação cambial	76	147
Ajuste a valor mercado	394	991
Ajuste a valor presente	-	18.091
Instrumentos Derivativos	970	-
Descontos obtidos	2.126	1.489
Outras receitas	5.093	5.999
	97.980	138.576
Juros financeiros debêntures	(34.914)	(42.184)
Custas financeiras debêntures	(885)	(923)
Variação monetária passiva	(54.602)	(34.513)
Ajuste variação cambial	(2.468)	(62)
Multas e juros	-	(6.212)
Tarifas bancárias	(12.373)	(8.249)
Descontos concedidos	(2.941)	(2.623)
Ajuste a valor mercado sobre aplicação financeira	-	(474)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.915)	(17.591)
Ajuste a valor presente	(14.586)	(7.851)
Custos sobre empréstimos	(120)	(2.320)
Instrumentos Derivativos	(2.839)	-
Outras despesas	(2.159)	(620)
	(136.802)	(123.622)
Resultado financeiro líquido	(38.822)	14.954

¹ Rendimento relacionado às reservas obrigatórias junto à ANS no montante de R\$ 28.335 (R\$ 45.970 em 31 de dezembro de 2019). O montante de R\$ 2.027 se refere a rendimento sobre aplicação de liquidez imediata e de R\$ 38.659 se refere à aplicação financeira conforme nota explicativa 8.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

34. Partes relacionadas

Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações que a Companhia tem com partes relacionadas de empresas do grupo Notre Dame Intermédica é como segue:

	Ativo		Pass	ivo	Receita		Despesa	
	31 de dezembro	31 de dezembro de	31 de dezembro					
Ref.	de 2020	2019	de 2020	de 2019	de 2020	de 2019	de 2020	de 2018
Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda.	-	359	(2.346)	(1.491)	889	359	(15.847)	(5.413)
Hospital São Bernardo S.A.	-	-	(6.993)	(7.583)	126	-	(85.424)	(42.277)
Mediplan Assistencial Ltda.	-		-	-	2.373	322	-	(168)
Hospital e Matemidade Samaritano	-		-	-	604		-	-
Hospital Samaritano Ltda.	-		-	-	520		(14.955)	-
Samed Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A.	-		-	-	-		-	(570)
C&M Associados de Serviços Médicos Ltda.	-	6	-	(568)	459	6	(7.315)	(1.377)
Casa de Saúde e Maternidade Santana S.A.	-		-	-	-	1.480	-	(19.708)
Green Line Sistema de Saúde S.A	-		-	-	-	10.589	-	(2.740)
Ecoimagem Diagnóstico por Ultra Som Ltda.	-		-	(154)	214	32	(3.108)	(535)
Ghelfond Participações	-		-	-	1.693		(22.889)	-
Dr. Ghelfond Diagnóstico Médico Ltda	-	42	-	(2.220)	-	42	-	(5.522)
Nanci & Cia Ltda.	-	-		(249)	80	-	(14.458)	(1.886)
SMEDSJ – Serviços Médicos São José Ltda	-		-		242		-	-
Ultra Diagnostico Ltda.	-		-	(180)	7		(1.470)	(454)
Medix Diagnóstico Ltda.	-		-	(244)	53		(1.711)	(591)
Instituto Tomográfico de Guarulhos Ltda.	-		-	(119)	499		(4.005)	(297)
Ecole Serviços Médicos Ltda	-		-	-	11.023		-	-
São Lucas Saúde	911	-	-	-	2.640	-	(5.958)	-
São Lucas Serviços Médicos Ltda.	-	-	(1)	-	1	-	(13)	-
Clínica são Lucas	3		(42)	-	76		(891)	-
Clinipam - Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda.	225		-	-	765		(3.310)	-
Laboratório de Análises Clínicas – Labclin Ltda	-		-	-	-		(7)	-
Vendas serviços relacionados e não relacionados com planos								
de assistência a saúde (i)	1.139	407	(9.382)	(12.808)	22.264	12.830	(181.361)	(81.538)

- (i) A Companhia mantém transações com partes relacionadas a título de serviços médico-hospitalares dos seus beneficiários em termos equivalentes aos que prevalecem com partes independentes.
- (ii) A Notre Dame Intermédica Participações S.A. (Controladora) firmou contrato de Instrumento particular de repasse de indenização com a Operadora, comprometendo-se em indenizar a Operadora pelos desembolsos ocorridos de ações jurídicas que são de responsabilidade da Controladora. O ressarcimento deverá ser pago em 6 anos e 30 dias a contar da data de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças. O montante registrado em rubrica "Outros Créditos a Receber."
- (iii) A Companhia tem a ressarcir da BCBF Participações S.A. o montante de R\$ 2.491, a título de reembolso da despesa de comissionamento da aquisição do Grupo Samed.
- (iv) A remuneração e gratificações dos principais administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Operadora.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

35. Compromissos

A Companhia possui compromissos basicamente relativos a contrato de locação de imóveis comerciais, hospitais e clínicas médicas, com os respectivos vencimentos a seguir:

	31 de dezembro de		
	2020	2019	
Até um ano	197.377	186.778	
Mais de um ano e até cinco anos	677.687	688.465	
Acima de cinco anos	143.352	233.942	
	1.018.416	1.109.185	

36. Cobertura de seguros

A Operadora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Edifícios, Instalações, máquinas, móveis, utensílios e estoques	Incêndio (Inclusive decorrente de tumultos, greves e lockout) Queda de raio. Explosão de qualquer natureza e queda de aeronaves, danos elétricos, equipamentos arrendados e cedidos a terceiros, RD equipamentos moveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas (6 meses), perdas/pagamentos de aluguel (6 meses), roubo/furto qualificado de bens, vendaval, impacto de veículos até fumaça, desmoronamento, equipamentos eletrônicos, objetos portáteis (território nacional) e roubo de medicamentos.	R\$ 366.757
D&O	Responsabilidade civil, diretores, administradores e conselheiros	R\$ 1.071.247
Responsabilidade Civil	Responsabilidade civil operações	R\$ 38.049
Frota de Veículos	Compreensiva, danos materiais, danos corporais e equipamentos móveis	100% Tabela FIPE por veículo
Funcionários	Seguro de vida em grupo	Variável conforme faixa salarial e limite máximo R\$48.132
Seguro Garantia	Garantias sobre contratos de clientes	R\$ 270.181

37. Informações adicionais

Intenção de compra e venda de ações da Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.

Em 12 de agosto de 2020, em continuação ao plano de expansão, a Companhia assinou o contrato de compra e venda de quotas e outras avenças no montante de R\$ 79.000 para a aquisição da Bio Saúde Serviços Médicos Ltda., operadora de saúde com atuação no estado de São Paulo, principalmente na cidade de São Paulo.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Em 17 de setembro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), aprovou a aquisição da Bio Saúde Serviços Médicos Ltda., conforme protocolo Ofício nº92/2020/ASSNT-DIOPE/DIOPE/DIOPE.

A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições contratuais e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Intenção de compra e venda de ações do Grupo Serpram.

Em 26 de outubro de 2020, em continuação ao plano de expansão a Companhia assinou acordo de intenção de compra e venda de ações e outras avenças no montante de R\$ 170.000 para a aquisição do Grupo Serpram, composto por dois hospitais, IMESA — Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A. e Hospital Varginha S.A. e uma operadora de saúde Serpram — Serviço de Prestação de Assistência Médico — Hospitalar S.A., com atuação no estado de Minas Gerais.

Em 11 de dezembro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), aprovou a aquisição do Grupo Serpram, conforme protocolo Ofício nº 145/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições contratuais e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

38. Eventos subsequentes

Combinação de negócios entre Notre Dame Intermédica Participações S.A. (GNDI) e Hapvida

Em 08 de janeiro de 2021, a Notre Dame Intermédica Participações S.A., controladora indireta da Companhia, recebeu através do Conselho de Administração da Hapvida Participações e Investimentos S.A. uma proposta não vinculante de combinação de negócios entre as duas empresas.

Em 15 de fevereiro de 2021, em complemento ao fato relevante de 08 de janeiro de 2021, a controladora indireta da Companhia comunicou que as discussões sobre os pontos comerciais e de governança relativos à potencial combinação de seus negócios ("Operação"), não tendo, todavia, até esta data, firmado qualquer documento de caráter vinculante relacionado à Operação.

Em 27 de fevereiro de 2021, Hapvida Participações e Investimentos S.A (Hapvida), e Notre Dame Intermédica Participações S.A. (GNDI), celebraram um Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a implementação da combinação de negócios da Hapvida e do GNDI.

Os Conselhos de Administração da Hapvida e do GNDI autorizaram nesta data a assinatura do Acordo e ratificaram a celebração do Protocolo e Justificação da Incorporação de Ações e de

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Incorporação de Sociedade ("Protocolo"), com descritivo dos termos e condições aplicáveis à Operação e aprovaram a Proposta de Administração e demais documentos a serem encaminhados para deliberação e aprovação da Operação pelos acionistas das companhias em assembleias gerais extraordinárias, convocadas para realização em 29 de março de 2021.

Principais pontos da Operação:

- a) Acordo prevê a combinação de negócios das companhias mediante incorporação das ações do GNDI pela HapvidaCo ("Incorporação de Ações"), com a consequente emissão de novas ações ordinárias e preferenciais resgatáveis da HapvidaCo e entrega de tais valores mobiliários aos acionistas do GNDI. Imediatamente após a incorporação de ações, ocorrerá (i) o resgate das ações preferenciais, com pagamentos aos acionistas do GNDI, na condição de titulares das ações preferenciais resgatáveis da HapvidaCo, até o antepenúltimo dia útil do mês imediatamente subsequente à Data de Fechamento da Operação, em moeda corrente nacional; e (ii) ato contínuo, a incorporação da HapvidaCo pela Hapvida. Como resultado da incorporação de ações e posterior incorporação de sociedade, o GNDI tornar-se-á uma subsidiária integral da Hapvida, com consequente migração da base acionária da GNDI para a Hapvida. A Hapvida continuará a ser uma companhia aberta, listada no Novo Mercado da B3 ("Companhia Combinada").
- b) A combinação de negócios entre as companhias baseia-se em fundamentos estratégicos como a possibilidade de (i) integração da vasta gama de produtos, estruturas hospitalares, recursos e soluções de saúde a benefícios dos seus clientes; (ii) redução dos custos operacionais por meio do compartilhamento das melhores práticas e otimização dos processos da Companhia Combinada; (iii) aproveitamento de potenciais sinergias decorrentes da complementariedade geográfica de atuação das duas companhias; (iv) consolidação das bases acionárias do GNDI e da Hapvida, com aumento da liquidez dos papéis da Companhia Combinada; e (v) potencial de valorização da cotação das ações da Companhia Combinada na B3.

Como resultado da Operação, a Companhia Combinada contará com dois co-CEOs, Irlau Machado Filho e Jorge Pinheiro.

- c) As administrações das companhias estimam que os custos para consumação da operação serão de, aproximadamente R\$ 116,0 milhões, os quais incluem custos com assessoria financeira, avaliações assessoria jurídica e demais assessorias para implementação da Operação, publicações e demais despesas relacionadas.
- d) A Operação está condicionada à obtenção da aprovação dos acionistas das companhias em suas respectivas assembleias gerais de acionistas, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
- e) Sujeito aos termos e condições previstos no Acordo e no Protocolo, com a consumação da Incorporação de Ações seguida da Incorporação de Sociedade, os acionistas do GNDI

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

receberão, em substituição a cada uma ação ordinária do GNDI, (i) 5,2490 (cinco vírgula dois quatro nove zero) ações ordinárias da Hapvida ("Relação de Troca"); e (ii) R\$ 6,45 (seis reais e quarenta e cinco centavos), atualizados pro rate die com base na variação do CDI a partir da data da aprovação da Operação, pelos acionistas da Hapvida e do GNDI, até a Data de Fechamento da Operação, sujeita aos ajustes previstos no Acordo e no Protocolo ("Parcela em Caixa").

Com base na Relação de Troca e na Parcela em Caixa, consideradas as premissas e desconsiderados eventuais ajustes previstos no Acordo e no Protocolo, nesta data, os acionistas da Hapvida e do GNDI passariam a deter, respectivamente, 53,6% e 46,4% das ações da Companhia Combinada, já considerando o pagamento, aos acionistas do GNDI, da Parcela em Caixa (descontado o Dividendo Extraordinário).

Sujeito à consumação da Operação e adicionalmente à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, observados os parâmetros e ajustes definidos pelas partes no Acordo, o GNDI poderá distribuir dividendos aos seus acionistas no valor total de até R\$ 4,0 bilhões ("Dividendos Extraordinários"), observadas as seguintes condições: (i) a eficácia da declaração dos Dividendos Extraordinários ficará condicionada à consumação da Operação; (ii) serão declarados Dividendos Extraordinários em favor dos acionistas com base na posição acionária do GNDI da Data de Fechamento, salvo se deliberado de outro modo pelos Conselhos de Administração da Hapvida e do GNDI; (iii) serão pagos os Dividendos Extraordinários até o antepenúltimo dia útil do mês imediatamente subsequente à Data de Fechamento; e (iv) os Dividendos Extraordinários serão deduzidos do valor a ser pago na Parcela em Caixa.

Aprovação da aquisição da Climepe Total Ltda.

Em 4 de agosto de 2020, em continuação ao seu plano de expansão, a Companhia assinou o contrato de compra e venda de quotas e outras avenças no montante de R\$ 168.000 para a aquisição da Climepe Total Ltda., operadora de saúde com atuação na cidade de Poços de Caldas e região, estado de Minas Gerais.

Em 17 de setembro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), aprovou a aquisição da Climepe Total Ltda., conforme protocolo Ofício nº 91/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

Em 27 de novembro de 2020, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE) por meio do ato de concentração 08700.004121/2020-05, aprovou sem restrições a aquisição da Climepe Total Ltda.

Em 8 de março de 2021, em complemento ao fato relevante de 4 de agosto de 2020, a Companhia assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de quotas. O valor da aquisição foi de R\$ 185.485 pagos na sua integralidade nesta data.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Aprovação da aquisição do Grupo Medisanitas Brasil

Em 25 de agosto de 2020, em continuação ao plano de expansão, a Companhia, por meio de sua Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A., assinou o contrato de compra e venda de quotas e outras avenças no montante de R\$ 1.000.000 para a aquisição do Grupo Medisanitas Brasil, compostas pelas empresas: OSI Brasil Participações Ltda., OSI Investimentos Brasil Ltda., Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S.A., Com Vc Drogaria Ltda., Minas Saúde Investimentos e Participações Ltda., Serviços Operativos Sanitas Ltda., Centro Oftalmológico Keralty Ltda., Centro Clínico Keralty Venda Nova Ltda., Centro Médico Keralty Ltda. e Hospital Keralty Ltda. O Grupo Medisanitas Brasil concentra as operações brasileiras do grupo empresarial colombiano Keralty (especialistas em saúde integrada com atuação em Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, México, Estados Unidos, Europa, Indonésia e Filipinas). Desde sua entrada em território brasileiro, em 2011, a Keralty vem se consolidando em uma posição de destaque no mercado de saúde suplementar nacional (em especial no Estado de Minas Gerais).

Em 04 de dezembro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), aprovou a aquisição do Grupo Medisanitas Brasil, conforme protocolo Ofício nº 137/2020/ASSNT-DIOPE/DIOPE.

Em 18 de março de 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE) por meio do ato de concentração 08700.004547/2020-51, aprovou sem restrições a aquisição do Grupo Medisanitas Brasil.

Debêntures – pagamento de principal e juros

Em 1º de fevereiro de 2021, a Companhia realizou o pagamento de juros referente a 3ª emissão debêntures não conversíveis, emitidas em 1º de agosto de 2019. O valor total pago de juros foi de R\$ 13.911.
